

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 100 — SÃO PAULO, NOVEMBRO DE 1965

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

CAIXA POSTAL — 62 48

Manifesto da Oposição Democrática

Publicamos abaixo o texto integral do Manifesto dirigido ao povo português pelos candidatos da Oposição Democrática às "eleições" legislativas do próximo dia 7 de novembro:

Cidadãos!

Os signatários deste "Manifesto ao País", ao aceitarem ser propo-

tos como candidatos a deputados em quatro círculos, não o fizeram de ânimo leve. Todos eles são, desde sempre, adversários declarados da situação política totalitária vigente e, muitos deles, em sucessivas passagens pelas prisões políticas do regime, pelo exílio e pelas deportações adquiriram a dura experiência do que significa, em

Portugal, ser-se reconhecido adversário da "situação".

Não foram movidos, pois, por qualquer desejo de ambição pessoal, de adquirir uma discutível e transitória notoriedade ou em obediência a pressões inconfessáveis do poder político ou do poder económico, a que são provavelmente alheios. Fizem-no tão somente por devoção

patriótica e dever cívico — com evidente prejuízo das suas vidas e tranquilidade pessoal — tendo presente a lição de persistência no combate cívico de homens como Jaime Cortesão e António Sérgio, seus mestres na acção pública.

Não ignoram os signatários que uma fortíssima corrente de opinião democrática do País pensa que a Oposição não deveria concorrer às eleições de 7 de Novembro próximo "por não julgar o Governo capaz de promover eleições livres e sérias". A experiência dos últimos vinte anos — Outubro de 1945 — que o regime antidemocrático que nos rege se crismou à pressa de "democracia orgânica" e, pela boca do seu máximo chefe, pressionado pela vitória das democracias na segunda grande guerra, prometeu ao País "eleições livres" — "tão livres como na livre Inglaterra".

"Uma dolorosa aprendizagem"

O País não compreendeu, nesse momento que se tratava apenas duma habilidade política ocasional, cum a simples frase de humor negro. Acreditou na palavra do chefe do Governo. Deu-se, então, a explosão cívica do MUD (Movimento de Unidade Democrática) e as mulheres e os homens confiantes deste País, — que às centenas de milhares assinaram as listas de adesão às reivindicações da Oposição, perseguidos, vítimas de odiosas discriminações nos empregos públicos e nas promoções, — fizeram a dolorosa aprendizagem, que ainda hoje continua, do que representa confiar nas promessas eleitorais do Governo...

Daí para cá a história tem-se repetido através de um longo calvário político — as campanhas eleitorais do general Norton de Matos, do almirante Quintão Melrele, e do general Humberto Delgado, as campanhas eleitorais para deputados em 1953, 1957 e 1961 — numa monótona alternância de promessas

hipócritas "para estrangeiro ver", sempre desmentidas pelos factos, e de reais atropelos contra as garantias dos cidadãos, de fraudes eleitorais e violências de toda a ordem, de ilegalidades — sempre denunciadas pela Oposição, como lhe cumpre não obstante os fracos meios de difusão de que dispõe, sobretudo a partir da altura em que se encerra o momento eleitoral e não obstante as perseguições policiais e económicas de que acaba sempre por ser vítima. Mas diga-se desde já, sem hesitações: este é um dos títulos de honra da Oposição, — e não dos menores! — duma Oposição que se tem revelado política e economicamente incorruptível e que pela sua resistência cívica "indomada e indomável" tem juízo ao respeito do País.

Não admira, portanto, que uma fortíssima corrente oposicionista se recuse a acreditar na seriedade das eleições oferecidas pelo Governo e defenda, com compreensível coerência e com lógica, a abstenção pura e simples. Especialmente depois da última emenda constitucional (que, como se sabe, acabou com o sistema de eleição por sufrágio directo do Presidente da República) e que, feita para impedir o que se designou, curiosamente, como "golpes de Estado constitucionais", veio assegurar praticamente ao Governo a eternidade, — a eternidade que a vida contingente de um homem permite — retirando-lhe, ao mesmo passo, radicalmente, qualquer vislumbre de legitimidade política repetem os signatários, depois da experiência trágica do general Humberto Delgado, inesquecível candidato da Oposição em 1958, e perante cuja modesta sepultura, ainda em território estrangeiro por imposição do Governo Português, se curvaram comovida e respeitadamente.

Apesar de tudo, porém, os signatários — cuja comprovada consciência cívica lhes não permite participar em farsas eleitorais — afirmam-se partidários da intervenção — levando como boa-fé o seu propósito, até onde lhes for dignamente possível, de fazer das eleições que se avizinham "eleições sérias". Sem esquecer as dolorosas experiências passadas, sem esquecer a existência de uma lei eleitoral que, pela sua falta de garantias, possibilita a adulteração da vontade nacional, não querem os signatários a priori culpar o Governo e pensam, pelo contrário, que — se houver má fé, deslealdade nos processos de combate e as costumadas ir-

(Continua na página 2)



JURAMENTO DE SOLDADOS DO EXERCITO POPULAR DA GUINÉ

"sustentamos que sem demora é a solução política com base no princípio da autodeterminação processada por métodos democráticos, aquela que se requer" (do Manifesto da Oposição Democrática).

As Eleições de Novembro

No momento em que escrevemos estas linhas, nas vésperas do "acto eleitoral" de 7 de Novembro, já se sabe que apenas uma lista — a dos nomes indicados pelo partido oficial União Nacional — será submetida ao sufrágio do reduzido número de cidadãos a que o fascismo salazarista concede o direito de voto: menos de um milhão em 22 milhões de habitantes para Portugal e Colónias. Os candidatos da Oposição Democrática pelos círculos de Lisboa, Porto, Leiria e Viseu desistiram de se apresentar às urnas pelo facto de o governo não haver atendido as suas reivindicações autorizando a liberdade de imprensa durante os últimos dias da campanha e a fiscalização das urnas.

Embora sem alimentar a menor dúvida de que Salazar jamais deixaria entrar na sua "Assembleia Nacional" de monos sábios qualquer dos candidatos oposicionistas, PORTUGAL DEMOCRÁTICO lamenta a decisão que conduziu à retirada das candidaturas. E fá-lo porque, apesar de todas as restrições, o período "eleitoral", pela própria tensão que lhe é inerente, cria oportunidades de diálogo com o povo que devem ser aproveitadas por mais insignificantes que sejam. Não se tratava de ganhar uma eleição, mas sim de não perder um ensejo de contribuir para a mobilização das massas.

Essa nossa discordância não nos impede de saudar jubilosamente os candidatos da Oposição Democrática pela grande vitória que alcançaram ao apresentarem listas em que figuravam democratas

de todas as tendências que emergem na geografia política das forças antifascistas. Por outro lado, o Manifesto que dirigiram ao País e cuja integra divulgamos nesta edição é um documento equilibrado e corajoso que, atendendo às circunstâncias e à necessidade de se chegar a uma plataforma de acôrdo entre elementos ideologicamente dispares e com uma visão muito diferente da problemática nacional, assume um carácter positivo e capaz de merecer a aprovação geral, no Interior e entre a emigração política. Merece particular destaque a condenação frontal da guerra colonial e o reconhecimento de que a solução para o problema terá forçosamente de tomar como base o direito dos povos à autodeterminação. Atendendo aos nomes que compunham as listas, não são menos significativas as críticas que se fazem à política económica e social do fascismo, denunciando o domínio crescente dos grandes monopolios nacionais e estrangeiros sobre a vida portuguesa.

E', portanto, como um passo em frente que saudamos o Manifesto dos candidatos da Oposição Democrática. Nele vemos sobretudo o reflexo do estado de espírito da Nação, cada vez mais disposta a unir-se na luta contra a algarquia fascista. No processo que há-de conduzir ao derrubamento do regime insente-se como simples incidente, mas temos sempre presente que será da soma de todas as pequenas e grandes manifestações de inconformismo que sairá o levantamento nacional, a insurreição popular vitoriosa.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

NESTA EDIÇÃO:

- «Eleições» sem oposição Pág. 8
- Comemoração do 5 de Outubro Pág. 4
- Depoimento de Francisco Miguel, Pág. 3
- Maria Luisa C. Dias na América, Pág. 8
- Lutas Populares, Pág. 6
- Paço D'Arcos expulso do C. E. E. Pág. 8

O Manifesto da Oposição...

(Continuação da 1.ª pag.)

regularidades — interessa fazer mais uma vez, a "prova provada", de que assim é, perante o País e perante o Mundo.

De resto, os problemas que vive a Nação, neste final de 1965, são de tal monta e gravidade — implicam por tal forma com a própria sobrevivência da Patria, como país independente — que não permitem aos cidadãos conscientes uma posição de indiferença, de alheamento das coisas públicas ou de cansado e irónico cepticismo. Há verdades, sufocadas no peito de cada patriota, que precisam de ser ditas. Há denúncias de graves atropelos que têm de ser publicamente formuladas. Há escandalosas negociações, escondidas por detrás de sonoras tiradas pseudo-patrióticas, que têm de ser conhecidas pela consciência nacional. Bastaria o facto de o Governo se ver obrigado a abrir algumas brechas no seu "muro do silêncio", ao fim de cada período de espesso e opressivo silêncio imposto para que constituísse dever, para todos os democratas conscientes, o aproveitamento dum tal oportunidade por mais condicionada e deficiente que se revele.

A CENSURA

Os signatários não estão dispostos, contudo, a avizlar com a sua presença um arremedo de eleições. Que ninguém, sobre esse ponto, tenha qualquer ilusão, a começar pelo Governo. Querem, sim, participar de um acto eleitoral autêntico — que dignifique o País — para o que estão dispostos a apresentar todas as justas reclamações que a consciência nacional traz caladas dentro de si, há longos anos, a fazer bem alto e "sem medo", numa linguagem directa e clara, que o povo entenda, chamando as coisas pelos seus nomes, sem eufemismos nem sofismas.

A opinião pública portuguesa vive na ignorância do que se passa no País e no Mundo e aquilo que se consegue apreender dos tremendos problemas que afligem a grei chega-lhes filtrado pelos jornais ou pelas emissoras estrangeiras. A ignorância do Povo (ou o que é ainda pior: uma informação tendenciosa e sistematicamente deturpada) é a razão principal da sua apatia, preço imposto pelo regime para assegurar a sua sobrevivência política. Sem a afrontosa censura — além de tudo o mais inconstitucional, por força do art. 23.º da Constituição vigente — o Governo não podia subsistir. Esta é a opinião arreigada dos signatários.

De qualquer modo, uma censura prévia cujas decisões nem sequer podem ser discutidas nos tribunais é uma mordida incompatível com a decência eleitoral e bastará constatar-se que tal instituição só existiu em Portugal no tempo da Inquisição e durante o Estado Novo para se aquilatar do seu verdadeiro cariz. Até na vizinha Espanha — cujo regime, embora em evolução, está ainda longe de se tornar numa democracia — o governo se apresta para dotar o País dum Lei de Imprensa, com a correspondente extinção da censura prévia administrativa. A Assembleia Nacional, em 1959, depois de uma discussão a muitos títulos significativa, aprovou a nova redacção do art. 23.º da Constituição que impõe a existência dum Lei de Imprensa. O Presidente do Conselho prometeu-a, aludindo igualmente à extinção da censura prévia — e fê-lo com toda a solenidade, em discurso largamente difundido. Em vão!...

Ao cabo de quase 40 anos, o Estado Novo continua a sujeitar o País a esse aviltante sistema de "polícia do pensamento" instaurado nos primeiros dias da ditadura militar!

Pensam os signatários que Portugal, como país europeu que é, se deve integrar na ordem democrática comum a todos os países da Europa Ocidental. Não compreendem, por exemplo, por que razão Portugal não está representado no Conselho da Europa e não aderiu à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Se o tivesse feito, na altura própria, não existiria já hoje no nosso País esse estigma do subdesenvolvimento intelectual que é a censura prévia. Estariam asseguradas aos cidadãos as liberdades essenciais — a liberdade de reunião, a liberdade de constituição de

partidos, a liberdade de expressão do pensamento em todas as suas formas, o direito de todos os cidadãos a não serem presos senão por mandado judicial com a correspondente obrigação de as polícias apresentarem os detidos, num prazo curto, a um juiz — liberdades que o art. 8.º da Constituição consigna mas que os parágrafos do mesmo artigo de facto invalidam, "como todos os portugueses sabem, sem contestação possível".

Reintegrar Portugal numa ordem democrática é, pois, uma urgente e imperiosa necessidade — condição primeira para equacionar e planificar escalonadamente a resolução dos grandes problemas nacionais, condição imprescindível para a integração de Portugal na Europa e para o prestígio de Portugal no Mundo.

Portugal país que constitucionalmente se diz de inspiração católica, não deve continuar, indefinidamente, a espeznhar na sua prática política quotidianamente a grande lição moral e política dos últimos Papas — e nomeadamente os ensinamentos compendiosos na enciclica Pacem in Terris — nam sujeitar-se a que lhe assentem, como uma luva as palavras claras e inequívocas do Bispo da Beira, quando disse, há dias, no Concílio Vaticano II: "o esquema deveria condenar os regimes que oprimem os cidadãos quando eles se encontram em desacordo com a ordem política, económica ou social existente ou mesmo quando eles recusam considerar uma tal ordem como a melhor possível". ("Le Monde", 6 Out. 1965).

O problema colonial

No que respeita ao sistema de ideias que norteia a campanha eleitoral por parte da Oposição, os signatários aceitam como ponto de partida, e de referência principal, o "Programa para a Democratização da República", cuja publica-

ção foi autorizada durante a campanha de 1961.

Recordam que em virtude desse Programa — e pela sua simples assinatura — muitos dos signatários estiveram presos, alguns longos meses, e foram processados e ficaram caucionados durante cerca de 4 anos, para finalmente virem a ser amnistiados por uma "graça" do Poder — quando tanto desejariam que houvesse uma decisão judicial que os liberasse de toda e qualquer culpa — que nunca aceitaram ter — desafortunadamente assim, moralmente, dos prejuízos e gravames sofridos.

Não ignoram os signatários que em muitos pontos o "Programa para a Democratização da República" se encontra desactualizado. Entre outros — e fundamentalmente — no que à política ultramarina se refere. Com efeito, aquele Programa, datado de Janeiro de 1961, é anterior à guerra em que o País se encontra envolvido em três frentes. Quanto a este ponto, porém — que aliás já foi em parte dilucidado na campanha de 1961 e que, a bem dizer, condiciona hoje toda a política portuguesa — os signatários perfilham a doutrina expandida na carta do Directório Democrato-Social, dirigida ao Presidente do Conselho, em 13 de Abril de 1964 (em resposta a uma outra de S. Ex. a de 7 do mesmo mês) nos termos seguintes: "Sustentamos a tese de que o problema ultramarino não pode ter a solução militar que está em curso, no decorrer da qual o País se esvai, com perda de vidas preciosas num alcance imprevisível e sob a ameaça do descalabro económico, entravador, por seu lado, das melhores e mais prestantes iniciativas da Grei.

"Sustentamos que, sem demora, é a solução política com base no princípio da autodeterminação processada por métodos democráticos, aquela que se requer. Ela se nos impõe à consciência de homens livres que pretendem ser do seu tempo e que julgam fenómeno irreversível a descolonização e a dignificação dos povos colonizados, lealmente auxiliada e compreendida pelos próprios que, no passado, os colonizaram...

"Certo o que se pretende — e só assim a questão pode ser vista — é que seja o Governo Português a realizar nos territórios ultramarinos o processo auto-determinativo, mas em termos tais de eficiência e dignidade de propósitos que lhe fiquem adquiridos internacionalmente desde logo, no seio da Organização das Nações Unidas, aquele respeito, aquela simpatia e os propósitos de ajuda eventual que até agora, em razão da política governativa lhe têm sido negados. Que viva o nosso País e, na hora presente, à face do mundo como um caso à parte, capaz de vencer isolado a indiferença de uns e a má vontade do maior número no chamado concerto das Nações isso nos parece ser ideia insensata e o traçado de um modo de vida de todo inexistente".

A evolução dos acontecimentos tem dado razão, infelizmente, às apreensões manifestadas, neste domínio, pelo Directório Democrato-Social. A guerra de Angola, que oficialmente chegou a anunciar-se como finda em 1961, instalou-se — e não só em Angola, como na Guiné e em Moçambique. Entretanto, da boca dos governantes (que, não obstante, teimam em pintar o futuro do País nos tons mais cor-de-rosa) deixámos de ouvir a promessa do termo breve da guerra. Que esperanças podemos ter, pois? A esta pergunta — que não pode deixar de perturbar os verdadeiros patriotas — opõe o Governo o silêncio de sempre. O mesmo silêncio que rodeou os desastres trágicos de S. João Baptista de Ajuda e da Índia, cujas causas e responsabilidades jamais foram esclarecidas perante o País.

Sabemos apenas que o Governo persiste obstinadamente na sua política (sem cuidar de a tornar compreensível ao País), surdo aos conselhos das nações amigas e aliadas, fechado às considerações do simples bom senso, incapaz de aceitar o amplo debate nacional que a Oposição insistentemente tem reclamado e que essa política conduz o País para uma situação de isolamento internacional desesperada que não augura nada de bom para este velho Portugal. O Presidente do Conselho foi o primeiro a reconhecer uma tal situação quando, aludindo ao caso português no mundo, disse estarmos "orgulhosamente sós". Simplemente para os signatários — que querem viver no mundo de hoje e ser homens do seu tempo — uma tal situação nada tem de meritório e em vez de constituir título de orgulho é motivo de funda preocupação. Ninguém, com brio patriótico, pode aceitar, de bom grado, ver Portugal expulso todos os dias de conferências internacionais ou motivo de irrisão e dos sarcasmos do mundo...

Dê-se S. Ex. a o Presidente do Conselho ao trabalho de sair do seu palácio de São Bento, bem guardado, e desloque-se até aos grandes arcópagos internacionais — como não desdenhou fazer agora essa respeitabilíssima figura universal, o Papa Paulo VI — e verificará então como a variedade do

mundo é diferente do seu jardim, como é necessário tê-la em conta, e como as realidades internacionais são bem outras das quimeras entretidas pela propaganda oficial...

"Orgulhosamente sós", não! Pior: Encostados à África do Sul e à Rodésia, países racistas, quando se há tradição que em matéria colonial honra os portugueses, é o seu desprezo de sempre pelos absurdos preconceitos raciais. Se o Brasil nos serve de argumento — eis um exemplo de democracia racial que nos nobilita, quase século e meio depois de lhe termos concedido a independência como nos cumpria!

Política Social e Económica

Ignorando o mundo que se transforma sob os nossos olhos, as suas ansiedades e esperanças, temerosos do progresso social e da promoção humana que irrompe como a conquista impossível de deter nas velhas nações rejuvenescentes e nas novas independentes, desconfiados das realizações da ciência moderna, polícias do espírito crítico e dos intelectos livres — não vão as ideias perturbar a placidez dos bonzos — ensimesmados, sedidos nas concepções ultrapassadas, voltados tão só para a contemplação de um passado estático — será esta uma posição de espírito capaz de galvanizar, como seria necessário, o entusiasmo criador dum País, de promover os sacrifícios voluntários dum povo, que compreenda e adira livre a uma política de progresso, de dar um sentido de esperança a uma juventude?

Todos sabem que não! O País real, manietado e oprimido, vive sem esperança e sem norte, alheado, indiferente, apático — prisioneiro das suas dificuldades quotidianas e da miséria do dia a dia, dando aos estrangeiros que nos visitam (e que não são pagos pelo SNI) a impressão de continuarmos sendo, tristemente, "um reino cadaveroso".

Não admira, assim, que muitos dos mais activos elementos da população emigram, buscando em novas terras o que o retrógrado sistema socio-económico português, com as suas arcaicas estruturas, manifestamente lhes nega. A hemorragia da emigração, que explica o êxodo dos campos, poderá transitóriamente resolver alguns problemas financeiros (com a subsequente entrada de divisas) mas será fatal, em última análise, para o progresso económico português. A crise crónica da Lavoura — continuando Portugal a ser como é um país predominantemente agrícola — comprometerá sem remédio pelo desequilíbrio económico que impõe o tão desejado "arranque industrial", que aliás ainda se não verificou.

Mas não é só a lavoura que vive em condições terrivelmente precárias; é também o pequeno comércio e a pequena indústria não podendo deixar de se referir a triste situação de "miséria envergonhada" de funcionalismo público e corporativo.

A condenação dos resultados da política social dum regime que, há quarenta anos, governa monocraticamente o País, dizendo-se inspirado pelos princípios de Cristo, mas que engendrou uma plutocracia de vora lora que comprime um Povo, cada vez mais desfalecido, encontra-se nas seguintes e insuspeitas palavras do Presidente da Fundação Gulbenkian, Dr. Azevedo Perdigão.

"O contraste entre pontos e ricos é que desvirtua os conceitos cristãos dos portugueses e revela a ausência de uma planificação que adoece, esses contrastes e virtualize os conceitos da humana solidariedade.

"A carência não tem cadastros. Mas a riqueza está especificada. São para cima de trezentos os que capitalizam (pessoas e empresas) mais de um milhão de contos". (D.O. de Lisboa, 25-5-1963).

As reformas fiscais dos últimos anos levaram as contribuições e impostos para cifra que ronda já os dez milhões de contos anuais. No caso de certas indústrias e do comércio este acréscimo de encargos chega a atingir níveis de confisco. As falências avolumam-se, nos tribunais e fora deles enquanto um processo de concentração, sempre crescente, cilindra o País, onde monopólios nacionais e inter-

nacionais, dum grandeza descomunal, mesmo à escala europeia, prosperam, sem a aplicação de uma lei "anti-trust" e colhidos à sombra das benesses oficiais obtidas através da escandalosa interpene-tração do poder político e do poder económico.

Empréstimos onerosíssimos hipotecam, ao estrangeiro o futuro do País enquanto as despesas militares e as despesas com as forças repressivas drenam recursos de mais de seis milhões de contos!

Como, com efeito, podemos nós, sem uma profunda reforma das estruturas básicas, sem mão de obra especializada e sem a adesão efectiva do elemento humano, lutar com êxito, contra o subdesenvolvimento, que faz de Portugal o País mais pobre e infeliz de uma Europa em plena expansão e dos desgraçados emigrantes portugueses os humildes criados do mundo ocidental?

Os candidatos oposicionistas desejam estabelecer com o eleitorado dos círculos em que concorrem um pacto de progresso. Não querem apenas confinar-se a uma crítica destrutiva da política do Governo nos sectores fundamentais da administração, ensino, economia, saúde pública, trabalho, segurança social, habitação, ultramar, política externa, administração local. Querem estabelecer com o eleitorado um compromisso efectivo definindo durante a campanha e sua acção na Assembleia Nacional, no caso de serem eleitos — os Avisos Prévia e os Projetos de Lei que apresentarão e os grandes debates nacionais que promoverão.

Sem prejuízo da inventariação exaustiva que procurarão fazer, durante a campanha dos grandes problemas nacionais — e das respectivas soluções preconizadas pelos candidatos — não podem os signatários deixar de aludir, desde já, a cinco pontos que consideram candentes, pela sua gravidade assim política como moral. São eles:

O caso de Delgado

1. — O assassinio, em Espanha, do malogrado "general sem medo" candidato da Oposição votado por 1/4 do eleitorado português (segundo os números oficiais, aliás, sempre impugnados por defeito), foi acontecimento que provocou a estepeação e o horror de todas as pessoas bem formadas e, pode dizer-se, a repulsa da consciência universal. Como se viu, desde logo, estava-se perante um crime político premeditado, tão odioso como o de Matteoti ou o de Lumumba. O general Delgado não foi somente um homem generoso e abnegado; tornou-se para uma grande parte do País, após a sua campanha, um símbolo da resistência que não cede, sejam quais forem as pressões estatais. Deveria, pois, interessar a toda a nação, averiguar quais são as mãos, e donde partiram as ordens, que gularam os cobardes assassinos.

A que assistiu o País atônito e sempre deturpadamente informado? A um amplo inquérito esclarecedor? A divulgação dos factos apurados e a um abater de bandeiras políticas perante a enormidade de tal caso? Não!

Assistiu tão só à divulgação de notícias caluniosas para o Adversário desaparecido e para os seus companheiros de luta; aos cortes sistemáticos da censura em relação aos telegramas das agências que tratavam objectivamente do infausto acontecimento; à prisão de alguns dos que forara os mais próximos companheiros do general durante a campanha e, mais tarde, à prisão dos próprios advogados portugueses, constituídos pela Família, quando iam, no desempenho da sua missão, participar em Espanha em actos judiciais da investigação, em curso naquele País. E por sobretudo isto — como se fora pouco — assistiu a que fosse negada sepultura em terra portuguesa, na terra dos seus maiores que tanto amou, ao desditoso Candidato à Presidência da República forçando-o assim a continuar exilado na própria morte!

A situação dos detidos pela P. I. D. E.

2. — Como se sabe, nos termos do art.º 116 da Constituição vi-

(Continua na pag. 7)

Notas e comentários

A SERVIÇO DA UNIDADE

É tradição das empresas jornalísticas comemorarem em edições especiais as suas grandes datas. "Portugal Democrático" não é, entretanto, uma empresa jornalística, mas tão somente uma tribuna ao serviço da luta pelo derrubamento do fascismo português. Por isso mesmo, este número — o centésimo — é igual a qualquer outro na sua simplicidade. Por um lado não dispomos de dinheiro para custear as despesas de uma edição comemorativa. Vivemos numa situação permanentemente deficitária em que o lançamento de cada número constitui sempre um problema difícil de resolver. Por outro lado, mero instrumento que somos de uma causa, a ideia de chamar sobre nós a atenção jamais poderia surgir-nos como aceitável.

Todos os que trabalham em "Portugal Democrático" sentem-se, evidentemente, orgulhosos por estarem ligados a um jornal que nunca se desviou da linha traçada. Há dez anos, quando éramos a única publicação periódica portuguesa, sem censura, a combater o fascismo no exterior, as nossas palavras de ordem eram as mesmas de hoje: UNIDADE E ORGANIZAÇÃO. As nossas colunas estiveram e estão permanentemente abertas a quantos aceitam a unidade de todas as correntes anti-fascistas como condição indispensável para se alcançar a vitória final. Insubmissos sempre contra as discriminações de qualquer espécie, sejam elas ideológicas, religiosas ou raciais. Outra constante deste jornal tem sido o combate ao colonialismo e às guerras coloniais e uma intransigente defesa do direito dos povos das chamadas "províncias ultramarinas" à autodeterminação e à independência.

"Portugal Democrático" é um património de todos quantos estão de acordo com essa linha. São já muitos os que, ao longo destes 100 números fizeram parte da nossa equipe. Alguns foram chamados a diferentes tarefas, outros desapareceram já — como é o caso do nosso querido companheiro Carlos Maria de Araújo — outros ainda saíram do Brasil para assumir responsabilidades maiores. E houve também os que se afastaram por motivos pessoais. Mas o jornal nunca sofreu com as alterações inevitáveis no seu corpo de colaboradores. E hoje o mesmo que era há dez anos: uma equipe unida em que o redactor se transcreve não raro em distribuidor e em que aqueles que têm a seu cargo as tarefas administrativas ou a expedição se vêem com frequência transformados em redactores.

A maior recompensa de quantos trabalham nesta casa é a sua certeza de que servem uma causa justa: a da libertação de Portugal. Na impossibilidade de transcrevermos todos os telegramas de felicitações recebidos, reproduzimos aqui um que nos emocionou de modo particular: "Momento publicação centésimo número Portugal Democrático saudamos calorosamente todos quantos no passado no presente colaboram nessa notável realização unidade democratas portugueses pela liberdade pela paz contra fascismo e guerras coloniais Ruy Luis Gomes, José Morgado."

As palavras de estímulo de homens como Ruy Luis Gomes e José Morgado e as mensagens que nos chegam do Interior de Portugal valem por uma certeza de que não é inútil o nosso esforço. P. D.

CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Em colaboração com o Centro Democrático Espanhol e participação do Centro Popular de Arte, o Centro Republicano Português promoveu, no passado dia 25 de Setembro um festival, cuja receita foi destinada aos presos políticos da Península.

Nenhum outro motivo, como o da solidariedade às vítimas de Salazar e Franco, poderia irmanar tanto os emigrados portugueses e espanhóis e, por isso o Festival que contou com a participação de artistas portugueses e espanhóis, foi um grande êxito.

Outras iniciativas da actual Direcção do Centro Republicano, como as palestras sobre "A explicação de Portugal na perspectiva histórica" proferidas pelo nosso companheiro de redacção prof. Barradas de Carvalho, que se realizam todas as sextas-feiras, pelas 20 horas, na sede do Centro, continuam a despertar o maior interesse entre a massa associativa.

É por este caminho, proporcionando recreio e verdadeira cultura à massa de seus associados e familiares, que o Centro pode engrandecer-se e cumprir seus objetivos.

Apoiem as iniciativas do Centro, participando em suas realizações, divulgando-as e trazendo a participar nelas os nossos amigos e conhecidos, futuros sócios do Centro.

RADIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 0,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

FALTA DE ESPAÇO

Devido ao espaço ocupado pelo Manifesto da Oposição Democrática e pela reportagem sobre as comemorações da Revolução do 5 de Outubro, não pudemos publicar neste número de "Portugal Democrático" algumas das secções habituais, pelo que nos desculpamos junto dos nossos assinantes e leitores. Interrompemos igualmente a publicação do depoimento "Rumo à Vitória".

Do nosso antigo companheiro de redacção Manuel Sertório, recentemente em Argel, recebemos também um documento, sobre as "eleições" de 7 de novembro, intitulado "Deputados do Povo para a Assembléa Nacional" que não pudemos publicar pelo mesmo motivo. Apesar de o apelo que nele faz o seu autor estar já superado, procuraremos dar-lhe publicidade em nossa próxima edição, pois as posições nele defendidas refletem um ponto de vista perflhado por um importante sector da oposição democrática portuguesa.



Prison Conditions in PORTUGAL

A Factual Report compiled by AMNESTY INTERNATIONAL

A organização "Amnesty International" acaba de editar em Londres um folheto de 36 páginas intitulado "Prison Conditions in Portugal" que constitui um bem documentado relatório sobre a repressão salazarista. Além do pequeno artigo introdutório assinado por Maureen Teitelbaum inclui um apêndice sobre a legislação fascista e cinco capítulos consagrados aos seguintes temas: limitação da liberdade; o poder da Polícia Política; a PIDE e os Tribunais Plena-riários; métodos de interrogatório da PIDE; as prisões políticas — Aljube, Peniche e Caxias. Entre os depoimentos o mais citado no folheto em questão considera-se o de Francisco Miguel e que hoje começamos a dar publicidade.

Um inquerito da Amnesty International

Francisco Miguel Depõe Sobre A Repressão em Portugal

A conhecida organização "Amnesty International", com sede em Londres, que tem como objetivo fundamental lutar contra todas as formas de repressão política e pela libertação dos presos políticos, está realizando presentemente um inquerito junto de destacadas personalidades que sofreram já os horrores do cativeiro por "crimes políticos".

Um dos interrogados nesse inquerito foi o dirigente operário português Francisco Miguel, patriota cujo nome dispensa apresentações. Publicamos abaixo a primeira parte do seu depoimento.

P — Quando foi preso?
R — A primeira vez, em 10-1-1938; a segunda, em 1-12-1939; a terceira, em 25-6-1947; a quarta, em 3-11-1950; a quinta, em 22-7-1960. Todo o tempo que estive preso soma um total de vinte e um anos e dois meses. Passei oito anos e meio no Campo de Concentração do Tarrafal, na Ilha de S. Tiago de Cabo Verde. Da primeira vez cinco anos e meio, e da segunda vez três anos.

Só uma vez, em Fevereiro de ... 1946, fui posto em liberdade legalmente; de todas as outras vezes saí da prisão por meio de fuga. E' esta circunstância que explica que eu esteja hoje em liberdade e tenha sido preso tantas vezes.

P — Foi interrogado no quartel-general da PIDE?

R — Sim. De todas as vezes que fui preso fui sujeito a longos períodos de interrogatórios e a longos períodos de incomunicabilidade (da primeira vez estive incomunicável cerca de sete meses, e nunca menos de três meses).

P — Descreva os métodos de interrogatórios.

R — Prêso em condições que deram à PIDE (PVD, em 1938) provas materiais de que eu era membro do Partido Comunista Português, os interrogatórios a que fui sujeito consistiam em longas sessões de tortura com o objectivo de obterem declarações (o que não conseguiram por nenhum meio e em nenhum momento).

Da primeira vez fui barbaramente espancado, tendo ficado com ferimentos no rosto e com o corpo todo negro como a tinta de escrever. Os seis agentes que me espancaram, varias vezes, chamavam-se: José Gonçalves, um dos meus captores; é o mesmo que em 4-7-1945 assassinou a tiro, na estrada de Bucelas, o militante comunista Alfredo Denis; Julio de Almeida, mais tarde inspector da PIDE; Miguel Castanheira, então chefe de brigada; Francisco Mateus; Rosa Casaca, actualmente inspector da PIDE e Mascarenhas. Os instrumentos com que me agrediam: cavalo-marinho, um pau grosso com quatro quinas, a que chamavam, "arriba Espanha", duas portas que na altura estavam tiradas do seu lugar na casa onde teve lugar o espancamento, uma cadeira, os pés e as mãos. Estava algemado. Desta vez estive cerca de sete meses incomunicável; três meses na Esquadra da policia, em Arrios, dois meses na esquadra de S. Marta, dois meses na Sala 2A do Aljube de Lisboa, nessa altura sala de incomunicáveis.

Durante estes sete meses não me foi permitido escrever nem receber visitas de ninguém. Para ser interrogado era conduzido à sede da PIDE geralmente pela noite e ali era torturado até quase o dia.

Da segunda vez, fui menos espancado e os três meses de incomunicabilidade foram passados na cela N.º 14 do Aljube de Lisboa, a mais escura e menos arejada de toda a prisão. Então, como da primeira vez nas esquadras, não nos era permitido fazer a barba nem tomar banho. A falta de higiene era-nos imposta. Era rigorosamente proibido ter papel higiénico ou de qualquer espécie. A qualquer pedido dos meios mínimos de higiene era-me grosseiramente respondido que "não estava no hotel".

Da terceira vez, em 1947, fui sujeito à tortura da "estatua" e do sono. Estive 30 dias e noites de pé e sem dormir, em três etapas (a primeira de 11 dias e 8 horas — das 50 horas do dia 3-7-47 até às 4/do dia 15-7-47 — a segunda de 10 dias e a terceira de 9 dias). Entre a primeira e a segunda houve um intervalo de 40 horas que passei numa pequenina cela de Aljube. Estas sessões de tortura realizavam-se no gabinete n.º 70 do 3.º andar da sede da PIDE, na rua Antonio Maria Cardoso. O investigador, um dos meus captores e então chefe de brigada era Fernando Gouveia. Estava sempre guardado no mínimo por dois agentes dos doze da brigada do Gouveia. So me era permitido sentar durante os 10 minutos de cada refeição. Isto é, 30 minutos nas 24 horas.

Da terceira vez estive 17 dias e noites permanentemente algemado, no "segredo" do Forte de Peniche e a seguir 15 dias na cela N.º 14 do Aljube de Lisboa. Em Peniche dormia com as algemas nos pulsos; e tão apertadas que tendo reclamado a presença do medico, sob a ameaça de que faria a greve da fome se o não chamassem, este mandou que as alargassem.

Devo lembrar que, segundo o regulamento, "Reforma Prisional", as algemas não podem ser empregadas como castigo. Portanto, mesmo à luz das leis fascistas praticavam uma ilegalidade.

Da quarta vez, estive incomunicável cerca de três meses numa cela do Aljube de Lisboa, cela N.º 1. Era conduzido à PIDE sempre algemado. Na sede da PIDE era grosseiramente tratado e ofendido por agentes da PIDE. Desta vez só fui agredido, com socos e pontapés, na sede da delegação da PIDE em Elvas, onde fui preso.

P — Descreva a sala em que foi interrogado.

R — Os interrogatórios a que fui sujeito realizaram-se no terceiro andar da sede da PIDE, mas nem sempre no mesmo gabinete, circunstância, aliás, sem qualquer significado. O importante é que, como o proprio Fernando Gouveia costumava dizer: "ao terceiro andar já PIDE não chega a lei". E ele dizia aos presos para lhes fazer saber que o seu fisico e a sua vida estavam nas suas mãos. E para dar mais força a esta afirmação lembrava os nomes dos que dali tinham saído mortos, e que era rigorosamente verdadeiro: José Moreira, Raul Alves, Vieira Tomé e muitos outros.

Na sede da PIDE e quando os espancamentos têm lugar pela noite (que é o mais frequente) os presos são conduzidos a gabinetes ou quartos interiores ou às caves para que os seus gritos não sejam ouvidos na rua e pelos vizinhos.

P — Para que presidio foi enviado.

R — Do Aljube de Lisboa fui enviado para o Forte de Caxias, a 15 km de Lisboa, e deste para o campo de Concentração do Tarrafal, em Junho de 1940, onde permaneci da primeira vez até fevereiro de 1946. De outra vez (1949) fui enviado do Aljube de Lisboa para o Forte de Peniche e daí para o Campo de Concentração do Tarrafal, em Janeiro de 1951. Do Tarrafal fui trazido para o Aljube de Lisboa, em Fevereiro de 1954, e do Aljube para o Forte de Caxias, em 23 de Maio do mesmo ano. De Março de 1955 até janeiro de 1957, estive nas prisões da PIDE, no Porto. Dias depois de eu ter sido transferido das prisões da PIDE, no Porto foram ali assassinados dois operários, um de Fafe e outro de Vila Real.

As transferências de prisão têm geralmente o proposito de isolar mais ainda o preso.

P — Quantos presos havia na sua cela?

R — No Aljube de Lisboa onde o preso é sujeito à mais rigorosa incomunicabilidade, as celas são individuais, raramente têm duas pessoas e o seu tamanho é 2,5m por 1,20 m, as mais pequenas. Duas, têm forma aproximadamente quadrada.

Em Peniche o regime prisional a que estive sujeito da última vez, é celular. Estava só na cela N.º 2 do terceiro piso. Este sistema é hoje quase geral naquela prisão, embora haja ainda algumas salas de seis presos. Devo lembrar que, segundo a lei portuguesa os presos políticos devem passar o dia em salas para varias pessoas. Também neste caso a lei não é cumprida.

No Forte de Caxias nas salas que têm lugar para sete, começamos a estar mais de vinte. Como mobiliario, nas celas do Forte de Peniche, as melhores sob esse aspecto, havia uma cama, uma cadeira, um balde e uma bilha para agua. Ultimamente algumas tinham uma pequena mesa. A cama tinha lençóis e cobertores, os quais, no Inverno, eram insuficientes. Não havia aquecimento. Os presos passam frio.

A porta da cela é de ferro, fecha automaticamente, com muito ruído, e tem um pequeno orificio (judas) com lente por onde o guarda espreita ou pode estar sempre a espreitar o preso. A cela tem uma janelas com um tal sistema de peças que, deixando entrar algum ar, pouco, deixa ver do exterior. Essas janelas parece que foram totalmente fechadas ultimamente.

As celas do Aljube são construídas de forma especial; têm duas portas. Uma interior, para manter o preso bastante no interior, outra exterior com um pequenino postigo por onde o guarda espreita e dá ordens ao preso. Os presos nesse regime nunca se vêem uns aos outros, e é rigorosamente proibido falar, cantar, assobiar, etc. O sistema de duas portas tem por fim manter o preso mais isolado.

P — Os guardas vigiavam-no?

R — No regime prisional a que estão sujeitos os presos políticos portugueses, particularmente nos últimos anos, o preso está sempre sob vigilância dos guardas, algumas vezes mesmo no balneario e na rerete. Há um sistema de vigilância que nada respeita e que, do ponto de vista dos carcereiros, é extraordinariamente aperfeiçoado. Em Peniche, por exemplo o preso tem que admitir que está sempre a ser visto pelo guarda.

P — Que roupas lhe deram?

R — No Tarrafal era-nos imposto um fato de caqui amarelo umas botas de tipo militar e um chapéu de palha de fabrico local. Não nos era permitido ter em nosso poder a nossa propria roupa. Como éramos obrigados a trabalhar, a roupa gastava-se relativamente depressa e houve alturas em que andávamos muito mal vestidos.

Nas prisões do continente, isto é em Portugal os presos políticos usam a sua roupa e considerariam uma humilhação (que não aceitariam sem luta) a imposição de fatos de presidiários. E' que os presos políticos não se consideram e não são criminosos. Defendem a sua dignidade. Mas, evidentemente, não recusariam roupa decente.

A roupa é lavada pelos proprios presos ou seus familiares. Só os lençóis são mandados lavar pela cadeia. Em geral é mudado um em cada semana.

P — Quais eram as medidas sanitárias?

R — Neste problema, mais talvez que em qualquer outro, a aparência pode iludir a realidade. Mesmo nas prisões onde há um "posto de socorros", com um enfermeiro, a assistência pode ser nula ou quase nula. Em Peniche, por exemplo, havia um "posto de socorros", com um enfermeiro militar, que era ao mesmo tempo funcionario da secretaria. Muitas vezes o proprio enfermeiro dizia que não podiam comprar medicamentos, porque a verba para esse efeito era apenas de 200 escudos (34 francos) por ano e para toda a cadeia.

O medico das prisões, em geral, e da propria policia — mais policia que medico — e esse cargo, em qualquer caso, é sempre atribuido a medicos fascistas, que colaboram com a policia. Daí os casos gravissimos que se têm registado e continuam a registar. A hospitalização é sempre muito difficil. Foi por não ter assistência medica que o jovem Carlos Pato morreu numa sala do Forte de Caxias, sem que os seus companheiros o pudessem salvar.

Qualquer pessoa a quem seja mostrado o "posto de socorros" dum prisão portuguesa de presos políticos não ficará sabendo qual é a realidade e que assistência é prestada aos presos.

No Tarrafal, a assistência medica era deficientissima e nos primeiros tempos não existia praticamente. Essa foi uma das causas da morte de algumas dezenas de presos que lá dormem no cemitério local. O medico que lá esteve mais tempo e que justamente os presos consideravam assassino era o capitão do exercito Esmeraldo Pais Pratas, natural de Pinhel.

A falta de assistência medica no Tarrafal não era simples negligência; era parte de um plano de aniquilamento fisico do maior numero possivel de presos. Foi uma forma de aplicação da pena de morte que não existe na lei. Algumas vezes o director, capitão João da Silva e o chefe dos guardas, Seixas disseram aos presos: "Quem veio para aqui é para morrer".

(Continua)

O 5 DE OUTUBRO EM S.PAULO

O aniversário da revolução republicana do 5 de Outubro de 1910 foi mais uma vez comemorado pelos democratas portugueses do Brasil com várias manifestações a que se associaram a imprensa e as autoridades brasileiras. Em São Paulo, onde a celebração da data atingiu, como já é tradicional, maior expressão, o Centro Republicano Português promoveu num restaurante popular da Móoca um grande banquete comemorativo da efeméride no qual participaram quase duas centenas de pessoas e que constituiu uma vibrante jornada de confraternização democrática. Presidiu ao acto o sr. capitão João Sarmiento Pimentel e, na mesa de honra, a seu lado, tomaram lugar entre outras individualidades o deputado federal Ruy Amaral Lemos; o professor Sérgio Buarque de Holanda, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo; a secretária da Comissão para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal e da Espanha, D. Dolores Vassão; o presidente do diretório regional do Partido Socialista Brasileiro, sr. Gamal Chaim; representantes do presidente da Câmara Municipal, do comandante da Força Pública, da União Estadual de Estudantes e do Centro Democrático Espanhol, e o nosso companheiro de redacção Joaquim Barradas de Carvalho, professor de História na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Entre outros democratas portugueses, compareceram o escritor Adolfo Casais Monteiro, o prof. Vitor Ramos, o pintor Fernando Lemos, o capitão Raul Cirriaco da Cunha, Antonio Amorim, e o jornalista Armino Bianco, redactor principal do jornal "A Smana Portuguesa", cujo director administrativo, sr. Joaquim Duarte Baptista, estava também presente.

as suas homenagens aos "patriotas que lutam pela libertação de Portugal, muitos deles já sacrificados no altar da Pátria."



Prof. Barradas de Carvalho

PALAVRAS DO PROF. BARRADAS DE CARVALHO

Falou, seguidamente, o prof. Joaquim Barradas de Carvalho. Depois de esclarecer que não iria evocar ali os acontecimentos da revolução republicana de 1910, pronunciou o discurso que abaixo publicamos:

"Lembró-me de há já não poucos anos, ouvir falar na interdição pela Censura Salazarista de uma História da Republica Portuguesa. Se não estou em erro era dela autor ou o Professor Lopes de Oliveira ou Rocha Martins, frequentava então a escola primária. E' este o mais antigo ato obscurantista do Governo Salazarista de que tenho memoria. Depois, recorde-me dos 20 anos que vieram a seguir, até que em fins de 1949 atravesssei a fronteira dos Pirinéus e cheguei a Hendaia.

Até esse momento — 15 de Novembro de 1949 — só sabia por ouvir dizer, ou ler, o que era um regime de Democracia e Liberdade. Comprei na gare de Hendaia, ainda recente — sob o péso de um traumatismo que me vinha quase que desde o nascimento — os jornais franceses, alguns dos quais já conhecia de Portugal, habituado que estava desde longa data às leituras clandestinas.

Não esquecerei mais a viagem que fiz até Paris, lendo pela primeira vez livremente uma imprensa livre. Mas assim mesmo, só depois de cuidadosamente ter verificado que os meus companheiros de compartimento eram todos franceses.

Não esquecerei também a primeira noite dormida em Paris — no Hotel Saint Pierre, 4, rue de L'École de Médecine — noite em que ainda sonhei com a PIDE. Ao acordar, o pesadelo foi-se. Nunca mais esquecerei o que senti quando, ao abrir os olhos verifiquei não estar em Lisboa, mas num País onde no poder estavam a Democracia e a Liberdade.

Filho de pai monárquico, habituei-me desde muito cedo a ver monárquicos com saudades da Republica de 1910, e republicanos com saudades da Monarquia do rei D. Carlos. Vivíamos, e vivem ainda os que permanecem em Portugal, sob um regime que se diz republicano, mas em que os governantes são inimigos da Republica. Um regime que nos momentos de apuro se diz democrático, mas orgânico, isto é, o ditador fascista, amigo de Hitler e discípulo de Mussolini, depois de se confessar inúmeras vezes e com veemência, anti-liberal, anti-democrático, teve, por volta de 1945, para inglês ver ou melhor, para inglês ouvir, de se proclamar democrata-orgânico.

E que vem a ser essa democracia-orgânica? Para tudo dizer em pou-

cas palavras, trata-se — e hoje já ninguém nos quatro cantos da Orbe poderá ter dúvidas — de um regime fascista, bem igualzinho a quele que existiu na Alemanha, na Itália, e que ainda hoje existe em Espanha, muito embora a antiga violência do regime dos nossos vizinhos seja, no momento, mais apanágio de Salazar do que do proprio Franco. E esta violência exerce-se sobre a quase totalidade da população, tal como se tropas de ocupação estrangeira pisassem o solo de Portugal.

Se assim falo é porque na verdade, de maneira inofensiva, o Governo de Salazar é um Governo de Traição Nacional.

E' um Governo que oprime a esmagadora maioria da população portuguesa. E' um Governo que compra através de concessões ruinosas para o País a sua permanência no Poder. E' um Governo que assassina prende por tempo ilimitado, ou obriga ao exílio, os melhores portugueses.

Desde o golpe militar de 28 de maio de 1926, desde há quase 40 anos, que o Povo Português não pode escolher os seus governantes. Desde há quase 40 anos que o Povo Português não exerce a sua soberania. Desde há quase 40 anos que o Povo Português não tem direito de voto.

Não conto, ninguém conta, essas mascaradas "eleitorais" que de anos a anos são permitidas, sempre precedidas de um escasso mês da chamada "liberdade suficiente". E tudo isto com o objetivo, bem hipócrita, de mandar para a cadeia no termo da força aquéls que se salientam durante o período da liberdade dita suficiente. E' este, só pode ser este, o objetivo de tais farsas. Liberdade, só a suficiente: nada de partidos políticos, nada de ajuntamentos que excedam certos limites, censura prévia à Imprensa, coações de todos os géneros sobre os cidadãos, recenseamento eleitoral falsificado, proibição, com ameaças, e toda a espécie de violências policiais para quem se proponha controlar a contagem de votos entrados nas urnas. E com estes métodos "bem democráticos", os noventa, e noventa e muitos por cento dos votos favoráveis à ditadura salazarista, têm sido a regra, apenas com a excepção das ultimas eleições presidenciais directas, em que foi candidato da Oposição o General Humberto Delgado, e em que o escândalo foi tal que se viram obrigados a atribuir 25% dos votos áquels que hoje é um martir.

Durante anos o Governo Salazarista conseguiu, mercê de verbas incontroláveis e inconfessáveis, fazer-se passar por um Governo de Ditadura paternalista, pelo menos aos olhos daqueles que queriam ser enganados. Sejam mesmo mais claros: aos olhos daqueles que estavam interessados em ser enganados. Hoje, quero crer não há nenhuma Chancelaria que honestamente possa dizer que a Ditadura sanguinária de Salazar é uma Ditadura paternalista. Esta Ditadura sanguinária é, hoje mais do que ontem o "paraíso" para muitos a quem a casa propria não chega. Negociar, com um ditador sempre foi mais fácil do que negociar com um Governo mandado por um povo livre. E sobretudo quando esse Ditador precisa de auxilio que vai do economico até o auxilio em armas, e mesmo em homens armados, ainda que estes homens não sejam portugueses. Lembramos a título de exemplo, que Portugal está a ser loteado a interesses que não são portugueses. Lembramos, também, a existência em território português de três bases militares estrangeiras.

Disse ainda que o Governo de Salazar é um Governo que assassina, prende por tempo ilimitado ou obriga ao exílio os melhores portugueses. E assim é na verdade. Todos o sabemos. Tal como não há nenhum setor da sociedade portuguesa que tenha escapado ao exílio ou à prisão por tempo mais ou menos longo, que pode ir dos seis meses à prisão perpetua, através das tristemente célebres "medidas de segurança" também não há nenhum setor da sociedade portuguesa que tenha escapado ao assassinato.

Ao verdadeiro exodo que tem constituído a emigração economica, de molde a Paris ser hoje na Europa, em numero de habitantes, a terceira cidade de Portugal, vem juntar-se desde há muito mais tempo o exilio dos quadros intellectuaes. Com uma ironia repassa-

da de melancolia costumamos até dizer que Portugal "exporta" quadros científicos.

E' ou não um Governo de Traição Nacional aquele que faz tomar o caminho do exílio a cientistas e intellectuaes do valor de um Manuel Valadares, de um Ruy Luis Gomes, de um Antonio Aniceto Monteiro de um Hugo Batista Ribeiro, de um João Andrade e Silva, de um Adolfo Casais Monteiro de um Vasco de Magalhães Vilhena, para só citar meia duzia de nomes entre dezenas de outros de valor equivalente? Já Egas Moniz, o único Premio Nobel português exclamava, desalentado, ao fim de uma vida não pouco atribulada: "Sinto-me exilado no meu proprio País".

Para termos uma ideia da "dogura" da nossa Ditadura paternalista, bastará a título de exemplo, lembrarmos que ainda há pouco salu da prisão um dirigente sindical, Manuel Rodrigues da Silva depois de all ter permanecido 23 anos... Dez, quinze anos de prisão, pelo chamado delito politico ou de opinião, são moeda corrente.

Tambem não há nenhum setor da sociedade portuguesa que tenha escapado ao assassinato: operários, camponeses, médicos, artistas e até Officiaes Generais do Exercito. Lembramos a título de exemplo, os nomes saudosos dos operários: Militão Bessa Ribeiro, Alfredo Diniz, José Moreira; lembramos os nomes saudosos dos camponeses: Alfredo Lima, Catarina Eufémia; lembramos o médico dr. Ferreira Soares; lembramos o escultor José Dias Coelho; lembro o meu tio e meu amigo, General José Garcia Marques Godinho; lembro, finalmente o nome do homem corajoso e candidato que foi o General Humberto Delgado, bárbaramente assassinado com a sua secretária, Arajair Campos, cidadã brasileira, que assim ficou para sempre ligada, à História da Resistência Portuguesa contra o Fascismo, e a cuja memoria aproveito a ocasião para prestar a mais comovida homenagem no proprio solo deste País irmão, que foi o dela, e que nesto momento hospitaleiramente nos abriga.

Mas, amigos e compatriotas, esta já longa noite de quase 40 anos está prestes a terminar. O dia da vitória da Democracia e da Liberdade aproxima-se, e esta mais próximo do que muitos pensam. A Unidade das forças de Oposição Democrática fortalece-se dia a dia. O esquema das forças politicas do proximo regime de Democracia e Liberdade, define-se. Desde a extrema esquerda aos marçhicos liberais passando pelos Socialistas e pelos Democrata-Cristãos, a vontade e a possibilidade de liquidar em breve a Ditadura Salazarista é um fato iniludível. A Frente Patriótica de Libertação Nacional fortalece-se com os progressos dos Partidos a ela aderentes. Está em organização um Partido Socialista que agrupará todos os grupos e partidos socialistas até agora dispersos e falhos de eficiência. Foi criado o Partido Democrata-Cristão, integrado por católicos de várias tendências politicas.

O amadurecimento da Oposição Portuguesa é hoje um fato sem discussão. E a tendência para a Unidade de Ação de todas estas forças é hoje também um fato não menos indiscutível. Comissões clandestinas ou para-legais existem, onde vemos todo o naipe da vida politica portuguesa. Vemos laço a lado homens da extrema esquerda, homens da direita, monárquicos, católicos, liberais e todos com um objetivo comum: o derrubamento para breve da tirania fascista imposta pela Ditadura Salazarista. Um outro fato — e bem importante — vem reforçar esta convicção: algo de novo se está passando nas Forças Armadas...

Muito brevemente vamos enfrentar a primeira grande batalha desta etapa final: a campanha eleitoral para eleições de deputados. Pela primeira vez, a Oposição Unida apresentará candidatos em todos os circuitos eleitorais.

Salazar, o pretensio "génio" da economia e das finanças, que conseguiu, sem que Portugal tenha passado por uma Guerra Civil, sem que Portugal tenha passado pela Segunda Grande Guerra mundial, fazer de Portugal o país mais atrasado da Europa, já bem para trás da Grécia e da Espanha, Salazar, no seu ultimo discurso, além de fazer mais uma vez o elogio do subdesenvolvimento, aliado às delicias da vida agrária tornou publico o

receio que têm os seus correligionários das próximas eleições para deputados, declarando: "Estas considerações deveriam bastar para serenar os animos inquietos, exageradamente preocupados com as eleições de deputados que este ano se hão-de... realizar".

Ora não há duvida que desta vez não é Salazar que tem razão. Tem-na indiscutivelmente os seus temerosos correligionários. Salazar está habituado a cozinhar a seu gosto a farsa eleitoral. E vai seguramente cozinhá-la. Mas a Oposição Democrática não tem ilusões. Não será através da buria eleitoral salazarista que serão conquistadas a Democracia e a Liberdade para Portugal. A Democracia e a Liberdade serão conquistadas, em breve, mas pelos unicos métodos possíveis, aquelles que a Ditadura Salazarista impôs teimosamente, estupidamente mesmo, ao longo dos anos, à Oposição Democrática: o Levantamento em massa de todo o Povo de Portugal."

UM VOTO DE SARMENTO PIMENTEL

Artes de encerrar a sessão, o presidente do Centro Republicano Português, capitão João Sarmiento Pimentel, falando de improviso, afirmou ter a certeza de que seria aquelle "o ultimo cinco de Outubro comemorado em terra brasileira". "No proximo ano — disse — estaremos em Portugal para esta comemoração. E conosco estarão como nossos convidados, todos os brasileiros que jamais desampararam nesta nossa luta contra a Ditadura." E concluiu afirmando que são homens como o prof. Sérgio Buarque de Holanda e Ruy Amaral que compõem a verdadeira, a autentica Comunidade Luso-Brasileira e acrescentou que não se envergonha de criticar no estrangeiro o regime que infelicitou Portugal. "Vergonha" — acrescentou — "é que o fascismo, continua a dominar a nossa Pátria".

MENSAGEM A COMISSÃO NACIONAL DA AMNISTIA

Publicamos abaixo o texto do documento que os participantes do acto comemorativo do 5.º aniversário do 5 de Outubro de 1910 enviaram à Comissão Nacional da Amnistia:

"Reunidos em jantar comemorativo da passagem do 5.º aniversário da revolução republicana de 5 de outubro de 1910, os signatários, brasileiros, espanhóis e portugueses, vêm hipotecar, à Comissão Nacional de Amnistia o seu integral apoio aos esforços desenvolvidos para arrancar das prisões portuguesas todos aquelles que nelas se encontram por motivos politicos.

Tanto a opinião pública brasileira como os democratas portugueses residentes neste país acompanham com compreensível emoção a marcha da grande campanha pró-amnistia geral iniciada com o apelo endereçado ao chefe do Estado e assinado pelas personalidades mais representativas da intelligentsia portuguesa. Não sois os unicos a pensar que as diferenças



Capitão Sarmiento Pimentel

GAL
FICO

**PORTUGAL
DEMOCRÁTICO**

de opção política não podem ser transformadas em crime. Como muito bem salienta, as prisões políticas rotem e abalam a unidade da Nação Portuguesa e criam um clima de intransigência, fanatismo e perseguição que impossibilita todo o diálogo. E tendes ainda razão ao lembrar que um ideal não é um delito e a consciência e o pensamento não são crimes.

Não podemos ser indiferentes ao fato de a elite do povo português continuar a desfilar pelos calabouços da PIDE. A recente expulsão pelo governo de Lisboa do secretário da Associação Internacional dos Juristas Democráticos, dr. Joe Nordman, veio, aliás, confirmar que esse governo se mantém integralmente fiel a uma política de repressão feroz que desrespeita frontalmente os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem. O protesto daquele eminente jurista largamente difundido pela imprensa internacional, não nos trouxe apenas a certeza de que o recente julgamento de trinta e um estudantes pelo chamado Tribunal Plenário foi uma cruel força policial; ele serviu também para recordar à consciência democrática internacional que não pode faltar com a sua solidariedade aos que são vítimas desses processos no Estado fascista português. Temos para nós que essa solidariedade deve ser cada vez mais atuante traduzindo-se em iniciativas numerosas e variadas, dirigidas principalmente contra as monstruosas "medidas de segurança", instituídas nos termos do decreto lei de 12 de março de 1956, e que organizações internacionais como a Liga dos Direitos do Homem e juristas de prestígio mundial como os dres. Roland Weyl e Robert Kenny denunciaram já como representando uma sobrevivência do espírito de barbarie.

Lutando pelas vítimas do terror policial, o povo português luta pela sua própria causa. E' o que não podemos esquecer neste dia em que nos reunimos todos para recordar os heróis de 1910. Conforta-nos que camadas cada vez mais vastas da população participem de modo activo na nobre luta que iniciastes para arrancar das prisões os que nelas sofrem pelo seu indefectível amor à liberdade e à dignidade. A Unidade magnifica que se vem forjando ao longo da vossa campanha traz-nos a certeza de que o êxito mais completo acompanhará os vossos esforços.

Entre outros, assinaram o presente documento os seguintes democratas:

Brasileiros: Sérgio Buarque de Holanda (Prof. Universitário); Ruy Amaral (Deputado Federal); Dolores de Mello Vassão (Sec. Geral Comissão Pró-Amnistia aos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal); Maria Amélia Buarque Holanda; Helena Silveira (Escritora); Gamal Schaim (Pres. Directorio do Partido Socialista Brasileiro); Carlos Guilherme S. S. da Mota (Prof. Universitário); Gilda S.S. da Mota; Paulo Amaral; Dácio Arruda Campos (Jurista).

Espanhóis: Baldomero Torzon, José B. Vendrell e Progreso Baño (Presid. e Directores do Centro Democrático Espanhol).

Portugueses: João Sarmento Pimentel; Margarida Barradas de Carvalho; Adolfo Casais Monteiro; Victor Ramos; Fernando Lemos; Joaquim Barradas de Carvalho; Miguel Urbane Rodrigues; Cláudia de Lemos; Augusto Aragão; Maria Irene Aragão; Maria Manuela Gouveia Antunes; Sidónio Muraha; Gracinda de Jesus; Julia Matos Gomes; Reynaldo C. Valle; Evaristo Moreira; Dulce Helena Pessoa Ramos; António Gil; Abilio Rodrigues; Alcino Henrique Leiria; Mário da Silva Bódas; Maria M. Fernandes; Mário Fernandes; Manuel Rodrigues da Silva; Mário Pinto da Silva; Francisco dos Santos Gomes; Manuel A. Marujo; Raul Ciriaco da Cunha; Francisco Sarmento Pimentel; Amália Ribeiro Cunha; Joaquim da Silva Gomes; Nair M. Rodrigues; Celeste Gomes Branco; Arminho Branco; Fernando Marta; Eduardo Pezaro Fernandes; Manuel Moura; Manuel Rocheta; Luis Lemos; Julio Pereira; Joaquim Quitério; Isabel Naddos; Manuel Garcia; Alexandre Pereira; Fernando Ramos; Maria América; Maria Aljina Alexandre; Alfredo Masson; José S. Silva; Lenine de Jesus Alexandre.

TELEGRAMA A

AMERICO TOMAS

Assinado pelo professor Sergio Buarque de Holanda, foi enviado ao

"presidente" Americo Tomás o seguinte telegrama:

"Em nome portugueses e brasileiros reunidos comemorar revolução republicana 1910 solicitamos Vossa Excelencia exerça sua alta influencia sentido amnistia geral presos politicos e fim processos policiais PIDE condenados consciencia universal".

APELO ÀS FORÇAS DA OPOSIÇÃO

Subscrito pelos democratas portugueses que haviam firmado o documento a Comissão da Amnistia, foi enviado às forças da oposição portuguesa o seguinte Apelo:

"Nesta data de Cinco de Outubro, em que se comemora a vitória sobre a reação monárquica conseguida em 1910 graças à perfeita união de todos os republicanos, os Portugueses residentes em São Paulo, reunidos para comemorar o 55.º aniversário da Proclamação da República, lançam um apelo às forças políticas do nosso país, pedindo-lhes que ponham de lado provisoriamente as divergências que eventualmente as separem e que se mantenham unidas até a vitória sobre o salazarismo.

Possa o exemplo de completa e indestrutível unidade dado pelo Cinco de Outubro inspirar nas próximas eleições os grupos políticos portugueses: é esse o único caminho para o triunfo final da nossa luta."

ADESÕES

No incício da reunião, sob proposta da União das Mulheres Portuguesas de São Paulo, de que é presidente a escritora Maria Archer, observou-se um minuto de silencio em memória da democrata brasileira Arajaryr Campos secretária do general Humberto Delgado assassinada pela PIDE.

Procedeu depois à leitura do expediente do sr. Alexandre Pereira, da direcção do Centro Republicano Portugues. Um dos telegramas mais aplaudidos pela assistencia foi o que se recebeu do Recife, enviado pelos profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado: "Ao comemorarmos aniversário implantação República afirmamos nossa solidariedade democratas Portugal na certeza farrão da campanha eleitoral largo movimento libertação presos politicos e independência Angola, Guine e Moçambique."

O presidente da República do Brasil e o governador do Estado de São Paulo associaram-se às comemorações através de telegramas expedidos respectivamente pelo gabinete da Presidencia e a chefia do Cerimonial. Enviaram tambem mensagens de saudação, entre outras altas personalidades brasileiras, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a deputada federal Ivete Vargas e o comandante da II Região Militar, general Carlos Luis Guedes.

Por outro lado, dezenas de democratas portugueses, impossibilitados de comparecer, enviaram telegramas, associando-se ao acto. Dos portugueses da Guanabara receberam-se dois, um dos quais subscrito em primeiro lugar pelo comandante Francisco de Oliveira Pio; o outro continha as assinaturas de José Bastos, Jaime Sabino, Joaquim Simões, Amílcar Mercedes, Amandio Peixoto e do nosso companheiro Eugenio Mercês representante de "Portugal Democrático" no Rio de Janeiro.

SAUDAÇÃO DA JUNTA REVOLUCIONÁRIA

A Junta Revolucionária da Frente Patriótica de Libertação Nacional dirigiu aos democratas portugueses do Brasil a seguinte saudação:

Ao transcorrer mais um aniversário da implantação em Portugal da Primeira Republica, a Junta Revolucionária Portuguesa da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL dirige a todos os portugueses anti fascistas residentes no Brasil as suas mais calorosas saudações.

O fascismo salazarista tem ao seu lado as forças monopolistas portuguesas e as do imperialismo mundial, que continuam vendo no governo de Salazar o melhor procurador dos seus interesses no nosso país! O fascismo não será destruido em Portugal nem por golpes militares nem pela acção de potências estrangeiras. O fascismo não abdicará, não transigrará, não

negociará. O fascismo não poderá ser derrubado na nossa Patria senão pela vontade unânime e indomita do Povo Português.

E' a vontade revolucionária do nosso Povo que varrerá o fascismo da terra portuguesa. A unidade e a organização serão os instrumentos dessa tarefa histórica.

A unidade e a organização das forças democráticas implantarão e consolidarão em Portugal a Segunda Republica, uma sociedade nova em que aos direitos vigentes sob a Primeira Republica se juntarão os direitos de não ter fome, de não ser explorado, de dizer NÃO à venda a retalho das nossas riquezas, ao gangsterismo politico e ao genocidio colonial.

Cada emigrado português tem o dever de lutar, onde quer que se encontre e pelos meios de que dispuzer, contra o governo fascista de Salazar.

A Junta Revolucionária Portuguesa da Frente Patriótica de Libertação Nacional faz, neste 55.º aniversário da Primeira Republica, um apelo a todos os Portugueses antifascistas do Brasil, para que cada vez mais unidos, deem à luta antifascista do Povo Português o melhor do seu esforço, da sua capacidade de sacrificio, do seu amor a uma Patria livre e verdadeiramente independente.

Junta Revolucionária Portuguesa: Fernando Piteira Santos, José Ervedosa, Manuel Sertorio, Manuel Tito de Morais, Pedro Ramos de Almeida, Rul Cabeçadas.

MANIFESTAÇÕES EM

PARIS

PARIS (Do Correspondente) — Através de diversas manifestações antifascistas, que se realizaram na capital francesa, os imigrantes portugueses promoveram no mês de Outubro várias manifestações contra o fascismo e o governo salazarista.

Milhares de portugueses que se reuniram por diversas vezes num pequeno lapso de tempo numa terra estrangeira gritaram bem alto o seu odio por um governo que os escravisava e os atira diariamente para um exilio politico ou económico tendo todos mostrado o seu convencimento de que o fim do fascismo se avizinha e com ele o fim do êxodo de milhares de portugueses que buscam fora das suas fronteiras o pão para os seus filhos e a liberdade para as suas convicções ideológicas.

A participação portuguesa iniciou-se na segunda quinzena de Setembro na festa de "l'Humanité", com a construção de um pavilhão que mostrava a través dos numeros a realidade portuguesa durante a administração do governo de Salazar. E no confronto com numeros de outros países, os estrangeiros pasinavam perante a crueza das nossas estatísticas económicas.

Alguns cartazes mostravam os crimes fascistas na pessoa de trabalhadores portugueses que encontraram a morte na mão dos carrascos da PIDE, os fiéis servidores de um governo que envergonha o mundo inteiro e só se compara, tristemente, aos tempos miseráveis do nazismo.

Mais tarde, estiveram reunidos num banquete fraternal oferecido pelos organizadores da feira, onde George Marchais teve algumas palavras de estima para os trabalhadores portugueses que labutam em diversos pontos da França, elogiando a sua boa qualidade de operários e o seu bom comportamento no seio da vida francesa, pondo, finalmente, em foco a sua grande participação para o engrandecimento da industria francesa.

CEMORORAÇÃO DO 5 DE OUTUBRO

Assinalando o 5 de Outubro de 1910, realizou-se uma sessão publica comemorando a revolução republicana.

Efetuada no dia 3, domingo, na Sala Mathurin Moreau, foi presidida pelo prof. Emidio Guerreiro, tendo-se sentado na mesa da presidencia os restantes membros organizadores do Comité para a Defesa das Liberdades de Portugal entre eles os patriotas João Rodrigues, Tomaz Rato, Vicente Campinas, Victor Sé, Maura Diniz, Maria Antónia Fiadeiro e Silas Cerqueira. Como convidados de honra estiveram presentes: um representante dos Juristas Internacionais, representante da Liga dos Direitos do Homem e representante dos Sindicatos Franceses junto da Imigração.

Num ambiente de grande entusiasmo e de fé patriótica, centenas de pessoas enchem a sala Moreau, tendo a estudante Maria Antonia proferido um brilhante discurso, historiando a luta de reivindicações dos estudantes em Portugal, desde as manifestações em plena rua, as greves universitárias, a luta contra os elementos policiaes e por fim deu alguns numeros dos estudantes que se encontram atrás das grades nas prisões salazaristas.

Terminou dizendo que a luta dos estudantes não acabou ainda e que todos os estudantes portugueses, dentro e fora do país, estão unidos aos trabalhadores portugueses para a grande luta contra o despota Salazar.

João Rodrigues começou por evocar a data gloriosa e o feito da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, tendo, depois de condenar a repressão salazarista pedido a todos os portugueses residentes em Paris que se unam para a grande luta contra o fascismo em Portugal.

Silas Cerqueira, num rápido improviso, equacionou a triste realidade dos trabalhadores portugueses dando alguns numeros de salarios actuais e relatou, em breve exposição, os lucros fabulosos dos suportes do fascismo e a hipoteca dos valores económicos portugueses às grandes potencias estrangeiras.

Depois de pedir um minuto de silencio por todos os patriotas assassinados pelo fascismo disse que todos os portugueses devem ter em mente um caminho: o regresso a Portugal, à sua terra, e para isso é necessário que se unam num combate sem tréguas contra o fascismo.

Finalmente, o prof. Guerreiro dirigiu algumas palavras aos presentes, falando da grande luta que hoje se trava contra o fascismo em Portugal e evocou o exemplo do grande patriota general Humberto Delgado, que em pleno campo da luta, foi traiçoeiramente assassinado pela PIDE em terras de Espanha. Pediu um minuto de silencio pela sua morte e manifestou a opinião de que a sua carreira de revolucionário deve constituir um exemplo para todos os que desejam ver o fascismo no seu fim.

Leu ainda o último documento deixado pelo General Humberto Delgado em que ele se referia à sua luta contra Salazar e pedia a

todos os portugueses para se unirem

Antes de terminar a sessão, a representante dos juristas internacionais Solange Bonvier Ajam expressou a sua admiração pelo povo português, pela luta contra o fascismo e pelos heróicos patriotas que têm tombado nas garras da PIDE não só os que têm sido assassinados mas tambem os que hoje continuam a ser torturados nas cadeias de Portugal e no campo de concentração do Tarrafal.

Depois de todos os presentes terem cantado, em côro, o himno Nacional, encerrou-se esta jornada de fé patriótica dos imigrantes portugueses em Paris. Foram enviadas mensagens de apelo a unidade dos democratas portugueses e de saudações as organizações internacionais que apoiam os portugueses na luta pela libertação dos presos politicos.

FESTA DE SOLIDARIEDADE ANTI-FASCISTA

No dia 10 de Outubro, o Socorro Popular Francês organizou uma festa cujo produto se destina às vítimas do fascismo em Portugal e imediatamente dezenas de estudantes e trabalhadores iniciaram uma entusiástica campanha de venda de vinhetas.

Foi assim, que no dia de espectáculo, cerca de 1.200 pessoas encheram a sala de sessões da Casa dos Sindicatos, para participar nesta campanha do Socorro Popular Francês. Diversos artistas franceses e portugueses colaboraram no programa artistico tendo o espectáculo decorrido num ambiente de verdadeira amizade luso-francesa.

NO CANADA'

Em Toronto o "PORTUGUESE CANADIAN DEMOCRATIC ASSOCIATION" para celebrar a passagem do 55.º aniversário da implantação da República em Portugal, promoveu um jantar de confraternização. Presidiu ao acto o Sr. Guilherme Antunes dos Santos, presidente do P.C.D.A., que pronunciou, no final, uma palestra sobre o tema: O SIGNIFICADO DA REPUBLICA E PERSPECTIVAS POLITICAS PARA O PORTUGAL DE AMANHA.



As organizações estudantis da Belgica promoveram recentemente em Bruxelas uma Semana de Solidariedade Iberica iniciativa que tanto pelas personalidades que a ela se associaram como pela repercussão alcançada veio comprovar o interesse com que a opinião publica belga acompanha a luta do povo português contra o fascismo. O nosso cliché mostra o cartaz editado pelos promotores da Semana, cujas manifestações se realizaram de 18 a 24 de Outubro. No dia 18, o prof. Victor de Sá realizou no salão nobre da Cidade Universitária uma conferencia sobre o tema "O Portugal de hoje e as perspectivas para o futuro". No dia 20, realizou-se um serão artistico português com a participação de estudantes e de um grupo coral alentejano.

Pela amnistia e contra a repressão

Dias Lourenço Está Vivo

Diante da grande campanha internacional que se desenvolveu em dezenas de países, reflectindo a preocupação pela absoluta falta de notícias sobre o dirigente operário português Antonio Dias Lourenço, o governo fascista de Lisboa viu-se obrigado a levantar a cortina de silêncio que montara em torno daquele patriota. Felizmente Antonio Dias Lourenço não foi assassinado pelos esbirros da PIDE como se chegou a recear. Essa a grata notícia que podemos dar aos nossos leitores. Entretanto, o seu estado de saúde devido aos maus tratamentos recebidos e à falta de assistência médica, continua a inspirar séria preocupação. Pedimos, portanto aos nossos leitores e amigos que enviem cartas ao "presidente" Tomás e ao ministro do Interior, exigindo a transferência de Dias Lourenço para um hospital onde possa ser-lhe dispensado o tratamento que o seu estado requer.

Por outro lado, embora atenuadas, as medidas que mantinham a fortaleza de Peniche praticamente isolada do resto do País continuam em vigor, dificultando ao máximo os contactos das famílias com os presos ali encarcerados. Esse estado de coisas contribui para que o carrasco Manuel da Encarnação Falcão e o seu chefe de guardas V. Ramos desumanizem ainda mais o já bárbaro regime existente no presídio.

Abrantes Ferreira Torturado

Os seis patriotas que foram presos em Abril passado na margem sul do Tejo continuam a ser torturados pela PIDE, segundo as últimas notícias recebidas de Portugal. A polícia política encarniça-se-lhe particularmente contra Domingos Abrantes Ferreira, infligindo-lhe constantes maus tratamentos e vexames de toda a ordem. Maria Rodrigues Matos, presa na mesma ocasião tem sido igualmente muito maltratada e submetida a interrogatórios repetidos e esgotantes, sendo presentemente delicado o seu estado de saúde. Eduardo Pires e Maria Glória Simões também correm perigo. O comportamento de todos esses presos, apesar do clima de tortura física e moral, em que vivem desde há meses, é admirável de dignidade perante os seus carceres.

Urge protestar contra essas violências da PIDE, exigindo tratamento humano para Domingos Abrantes e seus companheiros.

Novos Presídios em Moçambique

Moçambique, colónia com 7.000 de habitantes negros, dos quais 98% são analfabetos, a reflectir o carácter "progressista" da administração colonial-fascista, vai ser dotada pelo governo de Salazar com um novo "melhoramento": uma série de estabelecimentos prisionais. A lista é extensa: uma prisão e uma colónia penal (campo de concentração) para presos políticos em Lourenço Marques; 5 penitenciárias (Lourenço Marques, Beira, Gaza, Manica e Quelimane); 3 cadeias centrais (Norte, Centro e Sul); uma cadeia comarca em cada comarca; 2 prisões escolas (Lourenço Marques e Beira) para menores com mais de 16 anos condenados em "medidas de segurança"; uma prisão sanatório (Manica); uma prisão-maternidade (Lourenço Marques); uma prisão-asilo; uma prisão e uma colónia penal para criminosos de "difícil correcção" (Gaza); um manicómio criminal; uma colónia penal agrícola para alcoólicos; uma colónia penal agrícola para mendigos e vadios; 3 internatos para delinquentes menores (Lourenço Marques, Beira e Quelimane).

Como se verifica, o fascismo prepara-se para transformar Moçambique numa imensa prisão.

Novas Prisões

Segundo as agências telegráficas internacionais, a PIDE anunciou no dia 24 de Outubro haver getido em Pero Pinheiro sete operários, entre os quais Manuel Mendes Coelho, Ildio Dias Esteves, Sebastião Camilo Barradas e Faustina Candeias. Esses patriotas seriam acusados de terem desempenhado papel decisivo na preparação e realização da greve que recentemente paralizou os marmoristas de Pero Pinheiro e cujos pormenores foram relatados pelo nosso jornal.

A Situação de Maria Matos

No momento de fecharmos esta edição achava-se já em Coxias a patriota Maria Matos que foi submetida a torturas constantes durante quase dois meses. O próprio médico da prisão, alarmado com a barbaridade do tratamento, avisou o director de que Maria Matos podia enlouquecer se persistissem as torturas.

O comportamento de Maria Matos foi exemplar ao longo de todo o período de interrogatórios em que, por vezes tinha de enfrentar simultaneamente 10 agentes, bombardeando-a com perguntas. As suas respostas eram todas do género da que abaixo reproduzimos: "Canalhas! Covardes, piratas! Nem que me cortem em bocadinhos que caibam nos vossos olhos eu falarei! Foi submetida aos piores vexames, inclusive ter de fazer as suas necessidades fisiológicas na presença dos seus algozes. Após haver

Liberdade Para Sofia Ferreira

Uma grande campanha pela libertação de SOFIA FERREIRA acaba de ser desencadeada em Portugal, obtendo imediatamente a solidariedade da opinião publica internacional. A iniciativa partiu do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas que editou um folheto sobre o caso de Sofia Ferreira, no qual são descritas as condições inhumanas em que vivem as presas políticas encarceradas na Fortaleza de Coxias. Em nossa próxima edição publicaremos algumas passagens desse importante documento. Entretanto, desde já dirigimos um apelo a todos os nossos leitores para que se associem à campanha promovida pelo Movimento das Mulheres Portuguesas em prol da libertação de Sofia Ferreira, uma patriota condenada a prisão perpetua e que se encontra presa desde 1959. Cartas, telegramas e abaixo assinados exigindo a sua libertação devem ser enviadas ao "presidente" da Republica de Portugal e ao seu ministro da Justiça.

SOLIDARIEDADE A JOSE VITORIANO

Prosseguem em todo o mundo as manifestações de solidariedade a JOSE VITORIANO, integradas na grande campanha internacional em prol da sua libertação. O jornal "Troud", órgão central dos Sindicatos Sovieticos consagrou um artigo ao assunto, destacando os actos de perseguição de que tem sido vítima José Vitoriano e condenando a ignominia que são as chamadas "medidas de segurança". O jornal romeno "Scintela" também dedicou um artigo ao caso de José Vitoriano, verberando os processos da PIDE e a politica repressiva do governo de Salazar. Os Sindicatos Tchecoslovacos continuam por outro lado, a desenvolver acções tendentes a obter a libertação de José Vitoriano.

suportado todas essas torturas teve o seguinte desabafo: "Que felicidade sinto, depois das torturas da PIDE, por ter a consciencia de não ter falado. Nenhum momento de felicidade é maior do que este. Saber que temos o carinho e o respeito de todos os companheiros e de todo o povo, saber que não há tortura humana que nos faça falar, nem que estejamos à beira da loucura. Quanto mais nojentas são as torturas, dizia eu aos PIDES, mais raiva vos tenho. O facto de me ver nua não manchava a minha dignidade. Era como se estivessem ao pé de mim monstros!"

Diversas

Em agosto foi preso no Porto pela PIDE, o democrata Alberto Prouça, alfaiate de profissão. A policia prendeu-o por seu filho, sargento miliciano, ter desertado antes do embarque para a guerra colonial. Consta que o numero de deserções nessa ocasião foi de 33. A tática de prender familiares de desertores, como represália, vem sendo utilizada ultimamente pela PIDE de modo sistemático.

Foram presos os estudantes Antonio Almeida e Montelobo, da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Todos os estudantes liceais que participaram dos já famosos incidentes provocados pelo reitor-policia Paulo Cunha na Cantina da Cidade Universitaria de Lisboa, têm sido impedidos de fazer exames pelos reitores dos respectivos liceus.

Pequenas Noticias

Em Junho chegaram a Lisboa, num só dia, sessenta soldados feridos e os corpos de 12 que haviam sido mortos na guerra colonial.

Aumenta na Guiné a revolta entre os soldados, descontentes com a péssima qualidade da alimentação e com regulamentos que os obrigam a um trabalho esgotante.

O presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane em entrevista concedida ao jornal brasileiro "O Estado de S. Paulo", citou fatos que confirmam a importancia atingida pela organização militar dos patriotas moçambicanos.

A censura recebeu ordem do governo fascista de Salazar para suprimir, de futuro, qualquer alusão ao assassinio do general Humberto Delgado feita por elementos da Oposição Democrática.

As tropas portuguesas encontram muitas vezes cartas e disticos dos patriotas angolanos esclarecendo que não querem fazer-lhes mal porque sabem que os soldados vão para Africa obrigados.

A quase totalidade dos escritores portugueses participou das comissões de apoio às listas da Oposição.

A censura proibiu a publicação da coluna "TV dia a dia" do Diário de Lisboa, que criticava acertadamente os programas inferiores da televisão portuguesa.

Um patriota angolano capturado a 14 de Junho de 64 na zona de Pango, foi espancado e morto pelo comandante do batalhão que o aprisionou. O rapaz gritou "Angola é nossa" até ao fim, quando caiu sob os golpes de uma barra de ferro.

Na região de Quinheu, em Moçimboa da Praia, a FRELIMO anuncia que foi abatido um avião militar português.

Em Diaca, também em Moçambique, um comboio militar português foi atacado pelos patriotas que destruíram três camiões e mataram 39 soldados.

Nikolai Fedorenko, representante da União Sovietica no Comité de Desarmamento das Nações Unidas, acusou naquele organismo o governo de Bonn de haver entregado em 1964 ao governo de Lisboa 10.000 armas automáticas destinadas à guerra colonial.

O Conselho Executivo da UNESCO, reunido em Paris, decidiu excluir Portugal das reuniões convocadas pela organização, por 12 votos contra 7 e duas abstenções.

LUTAS POPULARES

LISBOA (Do Correspondente) — Os meses do verão caracterizaram-se por uma intensificação das lutas de massas e no momento é geral no País a luta pelo aumento dos salários.

Na CUF, onde os operários, bem organizados, vêm lutando há muito, obtiveram uma série de vitórias parciais. Foram as seguintes as regalias conquistadas: Subsídio de férias de 50% a todos os operários com mais de 3 anos de casa e menos de 10; de 75% aos que tenham mais de 10 e menos de 15; e de 100% aos que tenham mais de 15 anos; subsídio de turno de 25% a todo, os operários que prestem serviço entre as 20 e as 7 horas; subsídio de baixa a sinistrados de modo a receberem nessa situação o mesmo que recebem na baixa por doença; e promoção de 70% dos operários e de 30% dos empregados a partir de 1 de Janeiro.

Por outro lado, a luta travada pelos trabalhadores no seio dos proprios sindicatos fascistas ampliou-se extraordinariamente, revelando-se um novo e, em certos casos, eficiente meio de pressão sobre o governo e os monopólios. No últimos meses, na sequência dessas lutas, foram aumentados: 7 mil profissionais de seguros, com 50% do que pediam; 9.000 profissionais auxiliares da indústria dos transportes; 2.000 operários do ramo dos oleos vegetais; os operários dos curtumes da região de Alcanena. Desenvolvem presentemente importantes campanhas em prol de imediato aumento: os ferroviários de todo o País; os enfermeiros de Lisboa; os corticeiros da Margem Sul do Tejo; os jornalistas e empregados de empresas jornalísticas; os delegados de propaganda médica; os trabalhadores da Carris de Lisboa; os trabalhadores gráficos do Porto; os metalurgicos de Lisboa; os louseiros de Valongo; os empregados de collegios; os trabalhadores texteis do Norte e os trabalhadores das empresas produtoras e distribuidoras de energia electrica.

reiro. No momento de inaugurar a estátua de Alfredo da Silva, rebentou uma bomba relógio com uma carga de pólvora, que espalhou pelos ares 12.000 targetas as quais o povo apanhou avidamente. Logo a GNR se pôs a farejar o rastro do autor do atentado, enquanto Américo Tomás discretamente se retirava mais que depresso no seu carro descapotável, desta feita de capota bem fechada e rodeado de PIDES por todos os lados.

As tarjetas eram dirigidas aos trabalhadores da CUF, incentivando-os a lutar pelos seus direitos e ao povo em geral com slogans como estes: Abaixo o Imperialismo, Abaixo as Guerras Coloniais. Queremos o Regresso dos Soldados das Colónias, Queremos Aumento Geral Queremos Amnistia para todos os presos políticos, etc.

LEIA

- "Missão em Portugal" de Alvaro Lins
 - "Ibéria, Anistia, Revolução" de Jonas Negalha
 - "Salazar Visto do Brasil"
 - "Angola Através dos Textos"
 - "Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer
 - "Quando os Lobos Julgam", (a defesa, de Aquilino Ribeiro)
 - "A Resistência em Portugal"
- crônicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela PIDE.
PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

EM TOMAR

Há bastante tempo que na Fábrica de Texteis de Tomar se vem verificando geral descontentamento no meio dos operários do turno da noite, que não têm semana inglesa. Na noite de 19 para 20 de Junho 400 operários das secções que trabalham das 22 às 6 da manhã, pararam as máquinas às suas horas de madrugada e abandonaram a fábrica. Além da falta de semana inglesa, protestavam ainda contra as horas que trabalhavam ao sábado e que lhes não eram pagas. No dia 22, à hora de pegar, os operários recusaram terminantemente fazê-lo sem falar com o patrão ao que os encarregados e um escriptorário se opuseram. Os operários iniciaram então uma greve e violentos protestos que logo foram abafados pela PSP com a sua violencia habitual; foram presos 15 operários. A PIDE encarregou-se de vasculhar-lhes as casas rasgando colchões, depredando as paredes, etc. Nada conseguindo encontrar de comprometedor, permitiu que soltassem os prisioneiros 24 horas depois mas ao apresentarem-se ao trabalho foram despedidos.

NO BARREIRO

A fim de presidir às cerimónias do centenário da CUF, o "presidente" Américo Tomás e um grande comitiva, dirigiram-se ao Bar-

OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE (hora de Portugal)

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

AINDA O ASSASSINIO DO GEN. DELGADO

Sob o título "A verdade sobre a morte de Delgado", o jornal "O Estado de S. Paulo", de 1 de outubro passado, publicou uma correspondência, atribuída a um reporter de um grande jornal norte-americano, que conseguiu estabelecer contactos com as autoridades espanholas incumbidas do inquérito relativo ao assassinio do general Humberto Delgado.

Revela-se nessa notícia que o general Delgado foi assassinado por quatro agentes da PIDE, chefiados pelo Inspector Tavares. O crime foi cometido na quinta de Los Alamines — propriedade de um conhecido salazarista — situada na cidade de Olivença, onde o general foi atraído a uma cilada preparada pelos seus "guarda-costas" e policiais.

Segundo a mesma fonte, o general Delgado teria resistido, de pistola em punho, à prisão. Quando o general disparou todo o carregador, os policiais prenderam-no e esmigalharam-lhe o crânio a coronhacas. Em seguida meteram o cadáver do general num carro e transportaram-no para Vilanueva del Fresno, onde já se encontrava a secretária, Arajarir Campos, com os "guarda-costas" que haviam traído o general.

Após terem assassinado Arajarir e enterrado os cadáveres no local onde apareceram dois meses mais tarde os assassinos da PIDE regressaram a Portugal, atravessando o posto fronteiriço de Rosal de la Frontera, viajando nos mesmos carros — um "Opel" e um "Dauphine" — com que haviam entrado em Espanha para perpetrar mais um crime monstruoso a mando de seu chefe, Salazar.

O MANIFESTO DA...

(Continuação da 2.ª pag.)

Apêlo aos Leitores

"Portugal Democrático" através de uma vez mais difícil situação financeira. As nossas receitas não aumentaram, enquanto as despesas sofreram nos últimos meses vários acréscimos decorrentes tanto da elevação dos custos do papel e da composição e impressão, como do aumento das taxas do correio.

Vivemos assim numa situação deficitária permanente, que não poderá manter-se se os nossos assinantes e amigos, principalmente do estrangeiro, não nos auxiliarem nesta grave emergência.

A sobrevivência da tribuna ao serviço da luta libertadora do povo português, que é "Portugal Democrático", depende portanto da ajuda dos democratas portugueses espalhados pelo mundo.

O caso do relatório da ONU contra Portugal

4. — O País tomou conhecimento através duma Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros — que, diga-se de passagem ilustra bem os métodos habituais do regime, para quem a opinião pública interna não conta — referindo a existência dum relatório elaborado pelo Secretariado da ONU, a pedido do Comité de Descolonização e no qual, ao que se diz, além de se citarem "tendenciosamente" textos oficiais, de "erros de facto", e de "insinuações", se fazia "pela primeira vez" um comentário analítico de "modificações" na composição e estrutura do governo português.

Atérvés da Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros não se fica a conhecer mais do que brevíssimos tópicos do relatório da ONU e da resposta do governo português. No entanto, há um facto inacreditável que avulta sem contestação: é que o governo português exige, em nome da justiça, uma ampla divulgação do seu documento igual ao que obtivera, ao que parece o texto das Nações Unidas. Está certo: deseja-se que o Mundo possa conhecer e aquilatar das razões do Governo mas, paradoxalmente, nega-se, do mesmo passo, esse direito ao Povo Português — que pareceria ser o primeiro interessado em conhecer e meditar os documentos em presença!

Quer dizer: a uma avidez de publicidade no exterior corresponde uma cruel e desprestigiante negação da mesma publicidade no plano interno. Com uma diferença: é que, segundo os jornais portugueses depois informarem, a ONU corrigiu o erro, publicando a defesa do governo, enquanto o nosso Povo continua na ignorância — sem saber em que consistiu o ataque que nos foi feito e bem assim as razões de defesa invocadas!

Tratamento dado à Juventude Académica

5. — Não podem os signatários calar, nesta breve enumeração de alguns pontos fundamentais de ordem política e, sobretudo, moral, a situação em que o Governo tem colocado os estudantes portugueses — espingardeados nas ruas, injuriados sem possibilidade de defesa nos jornais, assaltadas as suas associações, perseguidos, presos e torturados.

A juventude académica de um País é o seu futuro, a melhor garantia de progresso dum País. Ver a juventude académica portuguesa reagir quase unânime, contra os métodos anti-democráticos com que o Governo pretende organizar a sua vida escolar e lutar com desassombro e dignidade pela genuinidade de associações académicas livremente eleitas — não pode deixar de constituir motivo de funda alegria para os signatários. Como não pode deixar de ser motivo de esperança constatar a falência de toda uma política de enquadramento militarista da juventude (Mocidade Portuguesa) e de doutrinação tendenciosa. Porém, por outro lado, as perseguições feitas aos estudantes sentenas os signatários na sua própria carne e não podem, por isso, solidários com eles, deixar de chamar a atenção do País para as sementeiras de ódio e de intolerância que se estão lançando à terra nesta Pátria, perseguindo, com a dureza conhecida, os estudantes — os melhores, os mais idealistas, os mais dignos, os mais prestigiados das Universidades e das Escolas Portuguesas!

Exigências mínimas

A campanha eleitoral vai começar, tendo a Oposição, para se fazer ouvir pelo País, uns escassos vinte dias. A Oposição, como toda a gente sabe, não tem sido permitida, fora desse brevíssimo período, "liberdade de organização". Não tem sede, não tem quadros organizados, não tem dinheiro. Ao contrário da União Nacional que tem tudo — e de tudo dispõe, sem limi-

tações — mas que, apesar disso, não é capaz de se renovar, como o seu chefe máximo, melancolicamente, reconheceu, em discurso de há meses quando confessou a falência da sua escola política.

Os signatários, porém, não se amedrontam com uma tão grande desigualdade. Sabem que representam a grande maioria de Nação. Está, pois, seguros de "que ganharão", se o Governo desta vez se comprometer a respeitar a Lei e não lhes opuser os habituais e especiosos entraves.

Numa população de cerca de vinte e dois milhões (incluindo o Ultramar) julgam saber os signatários que o corpo eleitoral é composto por umas escassas novecentas mil pessoas (e destes quantos funcionários dependentes do Governo?). Mas não o podem, contudo, afirmar com inteira segurança: o numero e a composição dos cadernos eleitorais é um dos "segredos de Estado" mais bem guardados pelo Governo! Isso explica, de resto, as dificuldades da Oposição para a apresentação de listas em "todos os circuitos", e muito especialmente no Ultramar.

Mas não importa: como "teste" da seriedade do Governo, em matéria eleitoral, as listas apresentadas em cinco circuitos serão quanto basta. E como a Assembleia Nacional, na orgânica criada pelo Estado Novo não tem poderes para fazer cair o Governo, a Oposição não terá interesse em obter uma maioria, que, de momento, se revela impossível: basta-lhe tão somente ter umas vozes na Assembleia Nacional que encarnem o protesto da Nação e que possam na mais alta tribuna política do País, fazer conhecer o pensamento da Oposição e defender os interesses do Povo, contra as influências da reacção e os privilégios da plutocracia. O exemplo intemerato dos deputados republicanos, nos Parlamentos da Monarquia, será o paradigma dos signatários, se forem eleitos.

Não se trata, pois, para a Oposição duma "batalha decisiva", como o foram, por exemplo, as grandes campanhas presidenciais do general Norton de Matos, em 1949 e do general Humberto Delgado em 1958, "mas trata-se, mesmo assim, duma batalha importante".

Os signatários — como se disse — não se atêm a reivindicações fundamentais, que noutras circunstâncias seriam definitivas e que são correntes em qualquer País da Europa Ocidental: conhecimento prévio dos cadernos eleitorais, prazo suficientemente largo para possibilitar uma campanha séria, liberdade de organização prévia de todas as forças políticas em presença, etc.

Reclamam tão somente este mínimo, sem o que as eleições serão uma completa farsa: "ampla liberdade de propaganda em todas as suas formas; acesso aos jornais, à Rádio e à Televisão sem entraves da Censura, nem limitações económicas das empresas; acesso a grandes salas e recintos públicos para a realização das necessárias sessões de propaganda eleitoral; fiscalização por delegados dos candidatos de todas as Assembleias de voto, de modo a que tanto a entrada como a contagem das listas sejam verificadas". Não aceitarão que os seus comunicados saiam truncados pela Censura, de acordo com os interesses políticos do Governo. Não aceitarão imposições governamentais para que se não refraim, durante a campanha, determinados aspectos, certamente essenciais, da política do Governo!

Assim, colocam o Presidente da República, garante último da Constituição Política, o Governo e o País — que a todos julgará — perante este dilema inequívoco: ou o Governo lhes assegura, sem ambiguidades nem sofismas, um mínimo de decência, ou, na hipótese contrária, os signatários renunciarão, "ab initio", a participar numa campanha condicionada segundo os interesses partidários do Governo — o que só po-

deria conduzir à repetição, como nas campanhas anteriores, de nova farsa eleitoral. E a isso, repetem não se prestarão os signatários!

Ficaria, assim, demonstrado não haver qualquer possibilidade constitucional ou legal de renovação da vida pública portuguesa!

Cidadãos! Democratas!

Se o Governo nos quiser dar luta leal — e o teste será consentir a publicação integral deste comunicado, no espaço máximo de três dias — estamos dispostos a travá-la com o melhor do nosso entusiasmo e abnegação!

Temos à nossa frente escassos vinte dias de campanha. Vamos aproveitá-los! Para tanto, precisamos do vosso concurso! Do auxílio de todos — de todas as generosas boas vontades! De todos os desinteressados idealistas! Queremos ser a vossa voz, a voz dum Povo pobre e oprimido, que não consegue fazer ouvir-se, há quase quarenta anos, nem muito menos fazer valer os seus legítimos interesses e direitos! Apelamos para todos, sem distinção — para os trabalhadores, para os técnicos, para os intelectuais, para os jovens! Sobre tudo para os jovens — estudantes, trabalhadores dos campos ou das fábricas: o futuro pertence-lhes. E' para eles e por eles que trabalhamos!

Viva a República!
Viva Portugal!
Os Candidatos da Oposição Democrática do Porto, Leiria, Viseu e Lisboa.

Os Católicos Contra o Fascismo

Nas vésperas do ato "eleitoral" do dia 7 de Novembro, os católicos portugueses tornaram publico a sua posição de solidariedade aos autores do Manifesto que acima transcrevemos. Porque ainda não havia chegado é nossa redacção esse importante documento, reproduzimos e seguimos o telegrama que o jornal paulista "Ultima Hora" publicou a respeito do assunto em sua edição do dia 3 do corrente, a abrir a 1.ª Secção Internacional:

Os católicos portugueses da oposição enviaram ontem à presidência da Republica um manifesto com um pedido ao chefe do Estado para que autorize sua divulgação. "Um testemunho de católicos". Tal é o titulo do manifesto. E' um longo documento, no qual se denuncia "um poder que, atenta constantemente contra os valores e os direitos mais sagrados do catolicismo". Assinado por 101 católicos da oposição, contém abundantes citações dos papas João XXIII, Paulo VI e Pio XII. Consta de 5.000 palavras. Em termos ao mesmo tempo comedidos e incisivos, os signatários acusam o Poder de perseguir encarniçadamente todos aqueles que não estão de acordo com ele, de impor uma censura de silencio e deformação informativa, de infligir maus tratos aos estudantes que lutam por seus direitos, e, por ultimo, de levar a cabo uma politica exterior inspirada num nacionalismo cego. Começa o documento com uma calida homenagem ao manifesto da oposição democrática de 15 de outubro, que consideramos como um ato de coragem em defesa dos direitos morais e civicos do país. Ao mesmo tempo que qualifica de "escandalosa" a atitude de alguns católicos que não hesitam em proteger "um nacionalismo exacerbado e atitudes totalitarias", os autores declaram: "Não fazemos em nome de uma opção politica, mas por imperativos de consciencia, em virtude de uma opção moral a que nos obriga nossa religião". Citando as encíclicas "Pacem in Terris" e "Mater et Magistra", os católicos da oposição reivindicam a liberdade de opinião e a livre associação, direitos aos quais o governo impõe limites arbitrarios. Passa em seguida a reproduzir a luta des universitarios por uma autonomia — frisam — reconhecida recentemente por Paulo VI ao dirigir-se aos estudantes católicos italianos. No marco das suas encíclicas citadas, os signatários reclamam, também, a liberdade sindical.

DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otavio Martins de Moura
SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Suva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º
CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67.

LONDRINA: Julio Duarte — Edificio Centro Comercial — Apto. 141.

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul.
PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8
BRUXELAS: Carlos Siqueira Rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3
HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 15 — Amsterdam - C.
CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário
A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo.
CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha.
FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts. Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.
Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
sábados: das 15 às 19 horas.
Número avulso: Cr\$ 50
Assinatura anual Cr\$ 1.500

Ano X - Nº 100 - Novembro - 65

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Alva-
" de
" ismo
cher
(a
eiro)
"i"
ide.
CAO

Alva-
" de
" ismo
cher
(a
eiro)
"i"
ide.
CAO

bre a
O Es-
tubro
pon-
de
icano.
ntac-
tholas
ivo no
barto

ue o
inado
che-
s. O
ta de
le um
da na
neral
arada
poli-

gene-
é pla-
nando
rega-
no e
a co-
ram o
ro e
ueva
trava
com
tviam

ajarir
local
mais
E re-
sando
de la
esmos
Jaup-
trado
mais
do de

Maria Luisa C. Dias Na America Latina

«Eleições sem Oposição»

No momento em que esta edição do nosso jornal for distribuída, deve estar prestes a chegar ao Brasil uma grande patriota portuguesa...



Médica distinta que desde a juventude consagrou o melhor dos seus esforços e entusiasmos à luta pela libertação do povo português...

Alguém já comparou Maria Luisa da Costa Dias a Marcos Ana, chamando-lhe embaixatriz dos presos políticos...

Maria Luisa da Costa Dias é, aliás, um nome familiar aos leitores de "Portugal Democrático"...

Hoje, quando ela percorre em missão de solidariedade vários países americanos é ainda uma bela carta que vamos transcrever: "Queridos irmãos:"

Por fim, queridos irmãos e amigos, embora de muito longe, os meus braços conseguem apertar-vos...

Movimentos... solidariedade... lutas... Amnistia... conferências... Paris... Praga... Montevidéu... Moscovo... Londres... São Paulo... Roma...

Conhecendo as iniciativas da solidariedade internacional, sabíamos que estáveis alerta e confiantes! E por cada notícia avidamente pressentida nas horas tardias...

Eram galas de festas! Galas de esperança!

Ah! queridos irmãos de todos os recantos da terra! Se toda a gente soubesse o que é a esperança de um preso político!

Há quanto tempo fazemos força! Ninguém ouviu dizer, ninguém conhece como nós a intensidade de uma alegria simples, nascida da certeza de uma esperança...

Vemo-la nos olhos desleixados do carcereiro, quando perde a insolência com que costuma fitar-nos. Escutamo-la no silêncio das bocas tuais insultos. Recebemo-la numa maçã, num cacho de uvas, um biscoito que excede o escasso número previsto pelos carcereiros para impedir a solidariedade entre os presos...

Reconforta os nossos corações na autorização de um beijo dado

em poucos segundos a um filho que durante meses só podíamos ver na infernal sala de visitas, no braço de uma mãe quase cega que só muito perto nos pode reconhecer...

Presentimo-la quando deixamos de ouvir os gritos lancinantes, altas horas da noite, pelos corredores da fortaleza; na ausência do ruído angustioso de aqueles que, às cinco da manhã regressam dos interrogatórios, arrastados.

E aquela porta que se fechou diante de nós, sob o selo diabólico da prisão perpétua, também finalmente cedeu à pressão da única força que contra elas tem poder: a Força da Solidariedade.

Que essa força que brota dos vossos corações se propague pelos Continentes e mares e quebre as muralhas de repressão salazarista.

Podéis crer, queridos irmãos, que ali, na prisão, a vida não termina apenas porque a nossa vontade e o nosso coração não o permitem, porque têm como estímulo a vossa combatividade e a generosidade solitária dos que não se esquecem nunca de nós...

O sofrimento dos presos não tem tréguas. A sua intensidade só se pode imaginar pela solidariedade que inspira.

Todos agradecemos o magnífico esforço de solidariedade propagado por cinco Continentes. Eu, pessoalmente, devo-lhe a minha liberdade e a minha saúde ao cabo de longos meses de assistência em que me vou dificilmente recuperando.

Junto a vós, queridos amigos, estou disposta a prosseguir no esforço necessário para a libertação de todos os nossos irmãos prisioneiros.

Os êxitos conquistados devido às vossas iniciativas empreendidas com constância e coragem, incitaram-nos a não descansar um só minuto.

Esperamos muitas centenas de lares a reconstruir; pequenas vidas que se desenvolveram durante anos longe dos pais; corações nas últimas palpitações, cansados de lutar e sofrer por amor às vítimas das perseguições.

Esperamos-nos vidas que se negam a morrer na prisão e pelas quais a humanidade clama.

Com a emoção do reconhecimento abraça-vos a vossa.

Maria Luisa da Costa Dias "Portugal Democrático", congratulando-se pela vinda ao Brasil de Maria Luisa da Costa Dias, pede desde já a todos os democratas portugueses que compareçam a quaisquer manifestações que eventualmente venham a ser organizadas em homenagem àquela grande patriota.

NO URUGUAI

Maria Luisa da Costa Dias achase presentemente no Uruguai onde foi recebida calorosamente pelas organizações democráticas portuguesas daquele país. Compareceu a vários programas de rádio e televisão e toda a imprensa de Montevideu deu grande relevo às suas declarações sobre a repressão em Portugal.

Tanto a Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai como a União das Mulheres Portuguesas contribuíram com as suas iniciativas para a grande reencussão que a visita alcançou junto da opinião pública uruguaia.

Numa longa representação dirigida ao «presidente» Américo Tomaz, e publicada pelos jornais portugueses de 20 de outubro p. p., os candidatos da Oposição Democrática pelos círculos de Lisboa, Porto, Leiria e Vizeu, comunicaram a sua decisão de não se apresentarem ao ato «eleitoral» de 7 de novembro.

A principal razão apresentada para essa atitude, foi a recusa do governo em suspender a censura à imprensa durante os poucos dias que faltavam para o término da campanha e em autorizar a fiscalização das urnas por elementos da Oposição.

Entretanto, os candidatos oposicionistas pelo círculo de Braga, até ao momento em que redigimos esta notícia, estavam decididos a ir às urnas e, confirmando essa intenção, dirigiram um Manifesto ao país.

Paço D'Arcos expulso da comunidade de escritores

Na última reunião da Comunidade Europeia de Escritores, realizada em Roma entre 4 e 10 de outubro, e na qual tomaram parte mais de 200 intelectuais de todas as orientações e credos, como Giuseppe Ungaretti, Laxness, Salvatore Quasimodo, Jean-Paul Sartre, Miguel Angel Asturias, Maurice Nadeau, Roger Caillois, etc., a Assembleia Geral decidiu, por unanimidade «expulsar» o escritor português Joaquim Paço d'Arcos por falta grave aos seus deveres profissionais.

Recorda-se que no caso da recente dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores pelo Ministro da Educação salazarista, Joaquim Paço d'Arcos desempenhou papel dos mais veremhosos sendo um dos quatro intelectuais que se demitiram cobardemente daquela agremiação, tendo chegado mesmo a publicar um folheto em que justificava a expedição policial contra a S. P. E.

Na mesma reunião, o Secretário Geral da Comunidade, o italiano Giancarlo Vigorelli, prestou comovida homenagem à «coragem dos escritores portugueses e espanhóis que arriscam tudo para não ficarem separados da Europa». A poetisa portuguesa Sophia de Mello Breyner (católica, monárquica, pertencente à Comissão de Amnistia aos Presos Políticos recentemente formada em Lisboa) realizou nesta reunião uma intervenção que, segundo o diário francês "Le Monde", foi, ao lado do jugoslavo Pavlovich, a mais notável pela segurança e firmeza da sua exposição.

Leia e divulgue «Portugal Democrático»

Posição dos Democratas Portugueses do Brasil

Definindo a sua posição em face da farsa eleitoral marcada para o dia 7 de Novembro, as organizações democráticas portuguesas do Brasil distribuíram à imprensa o comunicado conjunto que abaixo transcrevemos:

Tomando conhecimento do Manifesto dirigido ao povo português pelos candidatos a deputados da Oposição Democrática, os abaixo assinados, cumprem um dever cívico, como portugueses e democratas, vindo a público definir a sua posição em face daquele documento e do «ato eleitoral» de 7 de novembro próximo para renovação da chamada Assembleia Nacional.

1 - APOIAM, na generalidade, os termos do Manifesto pelo que o mesmo representa de denúncia à opinião portuguesa e ao Mundo de um regime antidemocrático e fascista. Os fatos provam que só como demonstração de humor negro se pode interpretar a promessa de Salazar, feita em 1945, de que após a guerra o país ia ter «eleições» tão livres como na livre Inglaterra. Efetivamente, em vez de eleições livres, o que se verificou foi a perseguição sistemática e o expurgo de todos aqueles que então assinaram as listas de reivindicações da Oposição.

2 - APROVAM plenamente as considerações feitas em torno da existência de uma censura que ao cabo de 40 anos «continua a sujeitar o país a esse aviltante sistema de polícia do pensamento instaurado nos primeiros dias da ditadura militar». Consideram indispensável que sejam asseguradas a todos os cidadãos as liberdades essenciais - a liberdade de reunião, a liberdade de constituição de partidos, a liberdade de expressão do pensamento em todas as suas formas. E estão de acordo também com os autores do Manifesto quando assinalam que a reintegração de Portugal numa ordem democrática é a condição primeira para que possa ser equacionada e planificada a resolução dos grandes problemas nacionais.

3 - CONDENAM uma vez mais e vehementemente a guerra colonial sustentada pelo governo fascista de Lisboa e congratulam-se pelo fato de os autores do Manifesto reconhecerem que a solução para o problema colonial terá necessariamente de ter como base o princípio da autodeterminação dos povos.

4 - CONCORDAM plenamente

Natal do preso político

Integrado na Campanha Nacional pela Amnistia aos Presos Políticos que neste momento se realiza no nosso país, PORTUGAL DEMOCRÁTICO inicia neste número mais uma coleta em favor dos que sofrem nas prisões salazaristas e de suas famílias, apelando para que todos os democratas deem a sua contribuição:

Table with 2 columns: Name and Amount. Includes Portugal Democrático (10.000), Centro Rep. Português (10.000), Francisco Vidal (16.000), Alexandre Pereira (10.000), Joaquim Antonio (5.000), Manuel Moura (10.000), Augusto Aragão (10.000), Alfredo Masson (3.000), Mário Bódas (5.000), Armanda Masson (2.000), Lenine Alexandre (10.000).

Total a Transportar 91.000

com as críticas feitas a uma política social e económica que no dizer dos candidatos da Oposição Democrática «faz de Portugal o País mais pobre e infeliz de uma Europa em plena expansão e dos desgraçados emigrantes portugueses os humildes criados do mundo ocidental».

5 - PROTESTAM contra a política de repressão da ditadura de Salazar que vem transformando Portugal num imenso campo de concentração e emprestam a sua solidariedade aos autores do Manifesto nas suas críticas às perseguições aos estudantes, à dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores à atitude do governo em face do assassinio do General Humberto Delgado e à permanência dessa prática medieval que são as chamadas «medidas de segurança».

6 - DENUNCIAM como nova farsa um acto em que o corpo eleitoral sobre uma população de 22 milhões de habitantes (incluindo as colónias) não excede 900.000 cidadãos. Entretanto, apesar de não alimentarem a menor dúvida quanto à pré-fabricação dos resultados do pleito de modo a barrar o caminho a todos os elementos da Oposição, lamentam profundamente que os candidatos da Oposição Democrática dos círculos de Lisboa, Porto, Leiria e Vizeu, tenham retirado as suas candidaturas pelo fato de o governo fascista não haver satisfeito as suas reivindicações mínimas quanto à liberdade provisória da imprensa e à fiscalização das urnas. E discordam dessa atitude por ser sua inabalável convicção que para enfrentarem um regime como o de Salazar e acelerarem o processo do seu derrubamento, devem os democratas portugueses aproveitar todas as oportunidades, por menores que elas sejam, de estabelecer diálogo com o povo e mobilizar os espíritos com vista ao levantamento nacional que voltará a fazer de Portugal uma nação democrática.

São Paulo 27 de Outubro de 1965 Pelo UNIAO DAS MULHERES PORTUGUESAS DE S. PAULO: Mans Archer.

Pela UNIDADE DEMOCRATICA PORTUGUESA:

Manuel Moura, Joaquim, Quitério, Helder Costa, Joaquim José, Mário Fernandes, Humberto Silva, José Fonseca Martins, Herlander Gomes, Julio Pereira, Manuel R. da Silva, Francisco Vidal, Armindo Blanco, Alexandre Pereira, Alfredo Masson, Fernando Ramos, Lenine Alexandre, Manuel Rocheta, Manuel Soares, Abilio Rodrigues, José R. Portela, José M. da Silva Bódas, Joaquim Duarte Baptista.

Pelo JORNAL "PORTUGAL DEMOCRATICO":

Joaquim Barradas de Carvalho, Victor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Augusto Aragão.

Box containing the list of names and amounts for the collection, with the text 'PORTUGAL DEMOCRATICO R. Cons. Furtado, 191 - SP, Brasil Endereços de Assinantes'.